



# FICHA TÉCNICA

## Título

*Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*

## ISSN

1647-6344

## Editor

Centro de Estudos Históricos

## Director

João José Alves Dias

## Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

## Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CLEPUL – FL/UL)

Gerhard Sailer (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

## Design Gráfico

Ana Paula Ferreira

## Índices

João Costa

## Imagem de capa

Albrecht Dürer (1471-1528)

Die vier apokalyptischen Reiter – os quatro cavaleiros apolípticos

Xilogravura – 1498

1.ª ed.: *Die heimlich Offenbarung Iohannis* [Die Apokalypse]. Urausgabe 1498

2.ª ed. texto em latim: *Apocalipsis cum figuris*. Ausgabe 1511



## SUMÁRIO

Imagem da capa: Os auxiliares da morte: ontem éramos seis, hoje somos apenas dois, p. 9  
João Alves Dias

### ESTUDOS

A assinatura do rei D. Dinis: observações para o estudo da chancelaria real portuguesa medieval,  
p. 13  
Saul António Gomes

O papel da diplomacia na preparação da conquista de Ceuta, p. 37  
Diogo Faria

Gerir uma vila alentejana no século XV: as finanças municipais de Elvas em 1432-1433, p. 55  
Joana Sequeira e Sérgio Ferreira

Viagem e naufrágio de uma nau da carreira da Índia: o caso da São Francisco Xavier (1623-1625),  
p. 71  
Marco Oliveira Borges

### MONUMENTA HISTORICA

Diana Martins, António Castro Henriques, Daniela Fernandes Santos, Pedro Pinto, Inês Olaia, Carlos Silva Moura, Maria Teresa Morujão Novais de Oliveira, Miguel Portela, Pedro Mota Tavares, Ana Isabel Lopes

Contenda de vizinhança entre Portalegre e o Crato [1301-1672], p. 95

Carta de D. Dinis a Jaime II de Aragão pedindo a libertação de dois corsários do Algarve [1305],  
p. 99

Carta de D. Afonso IV ao Infante Jaime de Aragão sobre os rumores do casamento do Rei de Castela com a sua filha [1325-1327], p. 101

Lista dos naturais da Igreja de Vilar de Porcos, Terra da Maia (1329), p. 103

Carta de emprazamento de uma casa na alcáçova de Lisboa, ladeada pelos paços régios e a Casa dos Contos [1364], p. 107

Matrículas de ordens menores do bispado de Évora (1472), p. 109

Carta de D. João II a Fernando, Rei de Castela e Aragão, sobre a chegada a Lisboa do almirante D. Cristóvão Colombo (1493), p. 119

Carta de D. João II a Fernando, Rei de Castela e Aragão, sobre a suspensão da saída de navios para prosseguir as descobertas (1493), p. 121

Carta de D. João II a Diogo de Sousa (1493), p. 123

Carta de D. João II a Diogo de Sousa (1493), p. 125

Carta da Senhoria de Siena a D. Diogo de Sousa (1495), p. 127

Carta de D. Jorge da Costa a D. João II (1495), p. 129

Inventário dos bens de Catarina Loba (1498), p. 131

Carta de D. Manuel I a Fernando, Rei de Castela e Aragão, sobre os cristãos-novos castelhanos que saíam do Reino (1507), p. 157

Apontamentos apresentados pela cidade de Coimbra a D. Manuel I (1510), p. 159

Carta da câmara de Coimbra a D. Manuel I sobre um cristão-novo (1510), p. 163

Memória da tomada da fortaleza de Catifá, ordenada por D. Afonso de Noronha, vizo-rei da Índia (1551), p. 167

Lista das casas nobres que vagaram no Reino de Portugal (c. 1577), p. 211

Jornada do Duque de Bragança da primeira vez que foi beijar a mão de Sua Majestade, em Elvas (1581), p. 215

Relato da jornada de D. Catarina de Bragança a Vila Boim onde a veio visitar o Rei D. Filipe I de Portugal (1581), p. 219

Relato da chegada a Lisboa de Filipe II de Espanha (I de Portugal) (1581), p. 223

Relato da viagem de Filipe II de Espanha (I de Portugal) até Almada (1581), p. 227

Inventário dos bens de Belchior de Amorim, falecido em Olinda (1595-1597), p. 229

Apontamentos de natureza histórica e genealógica sobre João Fernandes da Silveira, Barão do Alvão, com resumos de escrituras existentes no seu cartório [post. 1659], p. 239

Obras nas igrejas da Figueira da Foz, Tavarede e Buarcos (1708), p. 247

Doação do arquiteto Fr. João de Santo António a seu sobrinho Domingos da Costa (1708), p. 249

Procuração do sineiro Domingos Rodrigues do Espinhal (1709), p. 251

Contrato da obra da capela das almas na Igreja de S. Silvestre (1734), p. 253

Renúncia dos serviços do bispo de Angola Dom Luís Simões Brandão a favor do juiz de fora da vila de Coruche Francisco Xavier Mendes (1737), p. 257

Dote de Maria de Jesus para ser recolhida no recolhimento de Jesus Maria José do Louriçal (1738), p. 261

Procuração do entalhador João António da Silva ao arquiteto Miguel Francisco da Silva e ao mercador Francisco José de Araújo (1739), p. 267

Obras do marceneiro João Ferreira Quaresma na igreja da colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra (1770), p. 269

Doação de Maria Joana de Melo ao novo convento que se pretendia fazer em Vila Pouca da Beira (1780), p. 275

Petição mista dos moradores em Rihonor de Castilla pedindo a isenção do pagamento de contribuições (1782), p. 279

As obras da capela-mor da igreja de S. Pedro de Buarcos (1790), p. 281

Pedido dos moradores de Petisqueira, Guadramil, Rio de Onor e Valverde para redução do foro a um preço certo em dinheiro (1799), p. 287

Plano de Miguel Carlos Caldeira acerca da administração do convento de Mafra (1801?), p. 289

Carta da Estação de Saúde do porto de Esposende sobre portos inspecionados e declarados suspeitos de cólera e febre amarela (1865), p. 293

## ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 295

LISBOA  
2019



## EDITORIAL

SETE. Desde cedo que o sete é considerado um número perfeito.

Segundo o Génesis ao sétimo dia *lavee* contemplou a sua obra... gostou e ela continuou até hoje. Será esta contemplação e este número um bom sinal? Esperemos que sim. O Rei português Duarte teorizou que tudo tem um ciclo de sete – embora se estivesse mais a referir às idades em que se organizava a vida do Homem. Aceitemos então que o sete foi a idade da infância da *Fragmenta Historica*. Graças ao empenho de um grupo de amigos do Centro de Estudos Históricos conseguiu-se o feito de chegar até aqui. A todos o Obrigado.

Os Centros de Investigação da FCSH mudam de lugar físico. O CEH – fundado aquando da formação da Faculdade – optou por não concorrer aos fundos de apoio da FCT. Embora seja uma Unidade de Investigação independente e com personalidade jurídica autónoma encontra-se ligado a essa matriz, à matriz que os fundadores da novel Faculdade da UNL procuraram implementar desde o primeiro momento: privilegiar a publicação de fontes e os seus estudos como pilar sustentado da investigação que perdurará ao longo dos séculos.

Assim este número SETE mantém-se fiel ao espírito de todos os outros que o antecederam. Na sua génese encontram-se as fontes primárias – os documentos – e vários estudos da sua aplicação prática, abordando temas estimulantes e inovadores. A História – como interpretação – pode depressa deixar de estar válida: a verdade é sempre uma construção de cada momento. O documento – desde que autêntico e sem ser forjado – será sempre válido e sempre permanente.

Com a esperança que encerrado este ciclo de sete números outro ciclo se começa, por um novo período até ao número catorze e, .... o devir do futuro lhe dará o seu valor.

Campo de Santa Clara, 10 de abril de 2020.



# A ASSINATURA DO REI D. DINIS: OBSERVAÇÕES PARA O ESTUDO DA CHANCELARIA REAL PORTUGUESA MEDIEVAL

Saul António Gomes  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Centro de História da Sociedade e da Cultura

## Resumo

Este estudo analisa, com base num levantamento de documentação autografada, *manu propria*, pelo rei D. Dinis (1279-1325), a emergência da subscrição autógrafa régia em Portugal e o seu significado diplomático, político e cultural. Discute, ainda, o valor histórico da assinatura do «Rei» como elemento de manifestação da imagem política pública dos monarcas portugueses no quadro da tradição hispânica das representações régias.

## Palavras-chave

D. Dinis, assinatura régia, Portugal, chancelaria.

## Abstract

This study analyses the emergence of royal signatures in Portugal and their diplomatic, political and cultural meaning based on a collection of documents signed, *manu propria*, by King Dom Dinis (1279-1325). It further discusses the historical importance of the «Rei»'s signature as a symbol of the Portuguese monarch's public political image in the framework of Hispanic regal representation traditions.

## Keywords

D. Dinis, royal signatures, Portugal, chancery.

Artigo recebido em: 02.01.2020 | Artigo aceite para publicação em: 01.05.2020

© *Fragmenta Historica* 7 (2019), (13-35). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344

Os sinais e símbolos gráficos de confirmação de documentos antigos e modernos integram o capítulo da validação diplomática. Sinais ou signos simples, como cruces, ou mais elaborados, como os monogramas, ou, ainda, sinais mais complexos como rodados e desenhos de geometria mais criativa, tais como quadrados, retângulos, losangos, composições floreadas ou estreladas, ou de traços mais figurativos, zoomórficos e antropomórficos, foram-se afirmando, recriando e multiplicando ao longo dos séculos antigos, e especialmente os alto-medievais e pleno-medievais, tão ricos na reinvenção semiológica e normativa dos códigos comunicacionais<sup>1</sup>. Imperadores, reis e senhores inscreveram, desde cedo, sinais próprios que validam atos escritos relevantes da sua governação. Estes *signa regum*, escritos no pergaminho ou inscritos em selos, presentes na documentação alto-medieval e pleno-medieval europeia e hispânica, contudo, não são ainda as assinaturas, denominativas do nome de batismo ou do estatuto, que reis e senhores subscreverão nos seus diplomas sobremodo na Baixa Idade Média<sup>2</sup>.

A assinatura do nome pela própria mão do signatário ou subscritor de um documento pode considerar-se o resultado de uma longa evolução histórica dos modos e morfologias gráficas de validação documental. Nem sempre os membros das elites políticas e sociais de reinos e nações dominaram a arte da escrita ou mesmo a da lei-

tura do escrito. «Assinava quem sabe», para glossar o título de um estudo recente em torno desta problemática<sup>3</sup>, e apenas em contextos políticos e culturais em que a capacidade de subscrever ou assinar o nome por mão própria era consentida ou mesmo exigida.

A palavra escrita e a imagem são essenciais às forças e aos atores políticos de uma monarquia, a portuguesa como todas as outras<sup>4</sup>. Os monarcas portugueses, em matéria de rituais e costumes áulicos, parece inscreverem-se nas tradições hispânicas, as quais não eram alheias a mudanças e a incorporações de outras tradições exógenas. Isso sucedeu, por exemplo, na composição do primitivo escudo real português, a cuja ordenação simbólica não são estranhos elementos franco-gálicos<sup>5</sup>.

Interessa considerar aqui, por tudo isso, as questões pertinentes à representação e imagem públicas do rei de Portugal e do Algarve, as quais assumem, na chancelaria real lusitana, algumas particularidades.

Os reis de Portugal, segundo o diplomata João Pedro Ribeiro, só começaram a assinar autograficamente, *manu propria*, cartas e outros documentos das respetivas chancelarias, a partir de D. Dinis. A alfabetização e literacia de cada monarca foi naturalmente diferenciada. Não há dúvida, todavia, de que os monarcas portugueses foram, na sua maioria, alfabetizados e educados para a arte da Governação e da Justiça. Pouco se consegue apurar e documentar sobre este assunto, mas é de ter em consideração a tradição monárquica portuguesa de reis poetas e escritores, como D. Sancho I e D. Dinis, e, mais tarde, D. João I e os seus filhos e descendentes; por outro lado, mesmo admitindo que uma parte dos soberanos da primeira dinastia ignorasse a escrita, dificilmente, os monarcas e os seus familiares mais próximos, não dominariam minimamente a leitura, ou, mesmo admitindo que não saberiam ler nem escrever, teriam sempre possibilidade

<sup>1</sup> Ildar H. Garipzanov, *The symbolic language of royal authority in the Carolingian world (c. 751-877)*, Leiden - Boston, Brill, 2008, p. 160; Marie-Madeleine Davy, *Initiation a la symbolique romane (Xlle siècle)*, Paris, Flammarion, 1977; Michel Pastoureau, *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*, Paris, Éditions du Seuil, 2012.

<sup>2</sup> Arthur Giry, *Manuel de Diplomatie*, Vol. 1, Paris, Hachette, 1894, pp. 771 e 784; J. M. Álvarez Cervela, *Signos y firmas reales, con extratos biográficos de los monarcas españoles del s. VIII al XX*, Santiago de Compostela, La Comercial, 1957; M. D. Mateu Ibars, “El signum regis desde Alfonso II a Pedro IV de Aragón (1162-1387)”, in *Mélanges offerts à René Crozet*, Ed. Pierre Gallais e Yves-Jean Riou, 2 vols., Poitiers, 1966, vol. II, pp. 1159-1160; Josep Trenchs Odena, “La aposición del signum regis de Ramón Berenguer IV a Jaime I”, *Estudios históricos y documentos de los archivos de protocolos*, VII (1979), pp. 29-57; Robert-Henri Bautier, “Échanges d’influences dans les chancelleries souveraines du Moyen Âge, d’après les types des sceaux de majesté”, *Chartes, sceaux et chancelleries, études de diplomatique et de sigillographie médiévales*, Paris, Mémoires et documents de l’École des Chartes, 34, Tomo II, 1990, pp. 563-591.

<sup>3</sup> Maria José Azevedo Santos, *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria (1526)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.

<sup>4</sup> Vd. Philippe Contamine et alii, *Le Moyen Âge. Le roi, l’Église, les grands, le peuple. 481-1514*, Paris, Ed. Seuil, 2002, pp. 352 e seguintes.

<sup>5</sup> Vd. João Paulo de Abreu Lima, *Armas de Portugal. Origem, evolução, significado*, Lisboa, Edições Inapa, 1998.

de ouvir ler por interposto interlocutor e público leitor. Tais leituras, aliás, nomeadamente da literatura novelística com a «Matéria de Bretanha», decerto, animavam os serões da cúria do rei D. Afonso III, o Bolonhês, senão, eventualmente, já as dos seus antecessores. Esse foi, também, o tempo de D. Afonso X, o Sábio, e da sua prodigiosa vida cultural e erudita<sup>6</sup>.

Para além da *cancellaria regis*, centro e arquivo da administração da Justiça e da fiscalidade públicas do reino, o palco do exercício do poder régio português contava com muitos outros cenários eloquentes da sua configuração e projeção social e política, como castelos e palácios, vilas e cidades fortificadas e com figurinos de urbanização geralmente aprovados pelos monarcas, catedrais e mosteiros, igrejas e capelas, como, ainda, todo um conjunto de representações encenadas em ambientes de banquetes e de refeições mais simples, de festas de gala e de luto, de lazer e de caça, de torneios e de justas, de entradas régias em vilas e cidades, de receções de embaixadas e convivas ou dos cerimoniais fúnebres pela morte dos monarcas, ou, até, dos tratos de guerra e de pazes, ações estas de que fazia parte o cuidado como o rei era (re)vestido e se apresentava e comportava protocolarmente em público e em privado.

Tradição real portuguesa era, por exemplo, a reserva do acesso ao monarca, «persona intangível», da partilha dos seus espaços privativos ou, sobretudo, da visão em público do rei. O rei «mostrava-se» publicamente em momentos determinados e em contexto geralmente festivo e oficial extremamente controlado e organizado como na cúria, na abertura parlamentar das cortes, em procissões solenes como a do Corpo de Deus ou noutros cortejos e eventos<sup>7</sup>. Nas celebrações religiosas, todavia, e fora da sua capela real, o monarca luso assistia à celebração da missa dentro da tenda real, levantada na catedral ou na igreja monástica ou secular de forma a não

permitir que o soberano fosse visto ou «devasado» pelos olhares dos fiéis circunstantes, mas vendo o sacerdote e a consagração que este transubstanciava do corpo e sangue de Cristo no altar<sup>8</sup>.

A chancelaria real portuguesa foi, efetivamente, uma das esferas sensíveis em que também se projetou a capacidade construtiva delimitadora de fronteiras e de identidades da corte do rei de Portugal, dos seus ritos, modos de ação e de sucessão, foro e costumes próprios. Toda a administração régia do reino passava pela chancelaria, sujeita à organização hierarquizada de oficiais e notários, presididos pelo chanceler-mor, que redigiam — seguindo formulários antigos e adaptados e/ou atualizados, próprios dos vocabulários do poder<sup>9</sup> —, produziam, validavam, expediam e arquivavam os atos, leis, ordenações, privilégios, graças e mercês, cartas e alvarás, provisões e demais expediente, pelos quais os soberanos governavam, informavam e se faziam obedecer pelos seus súbditos<sup>10</sup>.

Apesar de comungar de origens comuns às das chancelarias leonesas e galego-leonesas reais e imperiais, a chancelaria real portugalense distinguir-se-á em vários aspetos da castelhana-leonesa. Uma das principais diferenças entre as chancelarias de um e outro reinos foi, por exemplo, a tradição dos documentos designados por privilégios rodados, iluminados, frequentes na administração castelhana-leonesa, mas inexistentes na

<sup>6</sup> Vd. José A. Sánchez Pérez, *Alfonso X el Sabio*, Madrid, Aguilar, 1944; Simon R. Doubleday, *The Wise King. A Christian Prince, Muslim Spain and the Birth of the Renaissance*, Basic Books, New York, 2015. Vd., ainda, a extensa e informação bibliográfica disponibilizada em Alfonso X el Sabio - Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em [http://www.cervantesvirtual.com/portales/alfonso\\_x\\_el\\_sabio/](http://www.cervantesvirtual.com/portales/alfonso_x_el_sabio/) [acesso confirmado em 02.01.2020].

<sup>7</sup> Ana Maria Alves, *As entradas régias portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

<sup>8</sup> António de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV e outros estudos históricos*, Lisboa, Ed. História Crítica, 1979, especialmente as páginas dedicadas ao «Rei», pp. 605-664; Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Ed. Difel, 1995, pp.1-12 e 303.

<sup>9</sup> Vd. Saul António Gomes, “Testemunhos de formulários régios medievais portugueses”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coordenação de Luís Adão Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos, Vol. III, Porto, Faculdade de Letras do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 1291-1299.

<sup>10</sup> José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*. Volume II - *Composição*, Lisboa, ed. Estampa, 1985, pp. 99-119 et passim; Maria José Azevedo Santos, “A evolução da língua e da escrita”, in *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, Dir. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1996, pp. 604-634.

portuguesa. Por outro lado, a produção de documentação como as *inquisitiones*, nos reinados de D. Afonso II e D. Afonso III, não parece ter tido paralelo na administração pública régia de outros reinos medievos peninsulares e europeus<sup>11</sup>.

João Pedro Ribeiro, posteriormente à análise das autenticações cruciformes na documentação antiga portuguesa devidas à pena do sábio Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo<sup>12</sup>, na sua Dissertação IX, intitulada «Sobre os Signaes públicos, Rubricas, e Assignaturas empregados nos Documentos do nosso Reino» e publicada no tomo terceiro, parte segunda, das suas *Dissertações Chronologicas e Criticas*, em 1857<sup>13</sup>, estabeleceu as linhas essenciais da história dos processos de validação documental, por sinais públicos, na documentação conservada nos arquivos portugueses, públicos, eclesiásticos e privados, desde o século IX.

Na verdade, já o cronista-mor Rui de Pina, no auge da reforma dita da «Leitura Nova», no arquivo régio da Torre do Tombo, escrevera, na crónica de D. Sancho I, sobre o assunto, reconhecendo que a validação dos diplomas régios começou pela aposição dos selos. Este cronista enunciou dois tipos diplomáticos de documentos régios: as cartas, privilégios e doações e outras escrituras feitas em nome do rei, não sujeitas à verificação de desembargadores, nas quais se apunha a cláusula final «El Rey ho mandou e foão escrivão ho fez» — ou seja, cartas que poderemos classificar de simples —, e um segundo tipo de diplomas, as cartas de «grandes importancias e autoridade maior, como tratados de paz, casamentos e testamentos» em que os monarcas

assinavam «de suas mãos: Eu foão Rey ha vi e sob escrevi por minha mão». O cronista explica, depois, que nas provisões seladas, ao seu tempo, os soberanos assinavam, «El Rey» e, nos alvarás e cartas missivas, somente «Rey».

Transcrevemos aqui o texto do cronista, por mais completa informação:

«E assi he de saber, que do tempo del Rey D. Affonso Anriques, atèe El Rey D. Pedro inclusive, em que ouve oyto Reys de Portugal descendentes hum do outro, todos em suas Cartas, Privilegios e Doações, e quaesquer outras Escrituras que erão feytas em nome Del Rey, e que nom passavão por desembargadores, e officiaes decrarados, se punhão seus sellos sem assinarem de seus nomes, nem doutro algum, e somente se dizia: *El Rey ho mandou, e foão Escrivão ho fez*. E quando has cousas erão de grandes importancias, e para que compria mais segurança, e moor autoridade, ha saber: Pazes, Cazamentos e Testamentos, punhão de suas mãos: *Eu foão Rey ha vi e sob escrevi por minha mão*.

Porque El Rey D. Fernando filho do dito Rey D. Pedro loguo como Reynou assinou por sy, poendo: *El Rey*, segundo nas Cartas de huns, e dos outros que estão na Torre do Tombo nestes Reynos, de que eu Coronista sou Guarda moor, todo esto assi vi, e ho examiney por verdade, e este costume se guarda, mas hee com grande differencia dos sinaes, porque nas cousas e Provizões que hão de aver sellos, assinão El Rey, e nos Alvarás e Cartas missivas assinão somente Rey, e em outras cousas acordadas, que ainda requerem fazerse outra provizão poendo seu passe, e em todos estos sinaes depois del Rey D. Affonso deste nome ho Quinto, que primeyro ho costumou, alem delles, sinquo pontos por lembrança das sinquo Quinas de Portugal.»<sup>14</sup>

A leitura proposta por Rui de Pina, reconhecemo-lo, não é muito exata em relação ao que hoje sabemos sobre a validação, por assinatura, dos atos régios de chancelaria.

<sup>11</sup> *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV): tributo a Luís Krus*, eds. Amélia Aguiar Andrade e João Luís Inglês Fontes, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2015; *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Volume III. Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284*, introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2007.

<sup>12</sup> Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, «Cruz», in *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, edição crítica por Mário Fiúza). Volume segundo B-Z, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1984, pp. 145-160.

<sup>13</sup> João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil em Portugal*. Tomo III - Parte II. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1857, pp. 10-36.

<sup>14</sup> Rui de Pina, Crónica de D. Sancho I, in *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1977, p. 18.

Em primeiro lugar, porque, como enunciou João Pedro Ribeiro, não se conhecem diplomas reais portugueses, anteriores a D. Dinis, com assinaturas dos soberanos. Um sinal cruciforme ou um monograma não são efetivamente assinaturas nominais mas meros símbolos.

Em segundo lugar, porque a aposição da assinatura real nas cartas com enunciação do nome de batismo do monarca, geralmente acompanhada da indicação ou explicitação de que subscrevia de sua própria mão, que conheçamos, só parece verificar-se, e mesmo assim de modo excecional, para os reis D. Dinis e para o seu filho e sucessor D. Afonso IV, desaparecendo desde então.

Finalmente devemos ter em atenção que não é exato, ainda, que os monarcas assinassem de sua mão e nome apenas os documentos de maior autoridade, porque nem sempre esses grandes atos, cartas patentes ou solenes, estão assinados efetivamente pelos soberanos, nem as suas subscrições, como se verá neste estudo para o caso de D. Dinis, se limitavam a esses diplomas porquanto se encontram com frequência em «atos comuns» da chancelaria régia.

Há que ponderar, desde já, que a subscrição autógrafo régia de atos de chancelaria se deve integrar no contexto da projeção pública do rei e da sua autoridade enquanto reinante ou governante. A chancelaria régia portuguesa revela-se, desde os seus começos, aliás, um espaço dominado por chanceleres letrados, como Mestre Alberto, Mestre Julião Pais, Gonçalo Mendes ou Mestre Vicente, até meados do século XIII, por exemplo, ou, para o período subsequente dos reinados de D. Afonso III, em que se assinala como chanceler-mor Estêvão Anes (1249-1278) e o vice-chanceler João Fernandes (1257-1265) e de D. Dinis, este com maior número de chanceleres nomeadamente Mestre Pedro Martins (1279-1289), Domingos Anes Jardo (1280-1290), João Peres de Alprão (1291-1295), Estêvão Anes Brochar do (1296-1318) e Francisco Domingues (1318-1325), assim como de outros oficiais de escrita de particular competência cultural e eficiência redatorial<sup>15</sup>. Não é sem significado que o rei D.

Afonso II (1211-1223) regulamentou, inovadoramente no contexto ibérico peninsular e também europeu, a sua chancelaria e modos de expedição e de arquivamento da sua documentação<sup>16</sup>.

A validação documental de atos régios portugueses por assinaturas autógrafas tem o seu princípio nas subscrições que os oficiais das respetivas chancelarias lançavam após as cláusulas diplomáticas formais de escatocolo ou de encerramento dos diplomas. É de admitir que, em alguns desses diplomas, o rei os «visse» e possa ter tocado com gestualidade antropológica ritual significativa, ou ensaiado alguma outra sinalética autográfica simbólica eventualmente cruciforme. É um estudo em aberto. Não há dúvida, no entanto, da normalidade das assinaturas dos oficiais, chanceleres, vice-chanceleres<sup>17</sup>, notários e escrevães, da cúria real pelos quais os monarcas ordenavam, despachavam e «mandavam por».

É nesse ambiente letrado que, com D. Dinis, emerge a prática da assinatura do nome do soberano. Encontramos, aliás, assinaturas autógrafas de D. Dinis já na década de 1290. Este dado revela a novidade, na Europa do seu tempo, deste modo de validação dos diplomas reais. Em França, segundo Claude Jeay, foi preciso esperar pelos primeiros Valois para a assinatura régia aparecer «en scène». Segundo o citado autor, foi nas cartas fechadas «de par le roi», em uso já nos reinados de Filipe V (1316-1322) e de Fili-

<sup>16</sup> Maria José Azevedo Santos, "A evolução da língua e da escrita", in *Portugal em definição de fronteiras...*, cit., pp. 604-634; Idem, "A Chancelaria de D. Afonso II (1211-1223). Teorias e práticas", in *Ler e compreender a escrita na Idade Média*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 11-57; Idem, *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal, 2005, pp. 20 e seguintes; Armando Norte, *Letrados e cultura letrada em Portugal (séculos XII-XIII)*, tese de Doutoramento em História Medieval, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013; Idem, "Homens de letras e homens de leis ao serviço da monarquia portuguesa (séculos XII-XIII)", in *História (São Paulo)*, vol. 33, nº 1, 2014.

<sup>17</sup> Por carta de 20 de novembro de 1319, Santarém, D. Dinis quitou 600 libras a Afonso Martins, seu vice-chanceler, cónego da Sé de Lisboa e da Sé de Viseu e prior de Povos, «por muyto serviço que mi fez bem e lealmente per gram tempo quito lhy sexcentas libras que disse que mi devya que filhara enprestadas da mha chancelaria ou mays quanto quer que sejam.» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante referido por ANTT) - Chancelaria de D. Dinis, livro, 1, fl. 129).

<sup>15</sup> Avelino de Jesus da Costa, "La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle", ob. cit., pp. 148-153, Leontina Ventura, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 278; José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 282.

pe VI (1328-1350), que viria a iniciar-se a prática da assinatura pelos monarcas de documentos de chancelaria. O primeiro monarca, aliás, de que existem assinaturas, foi João, o Bom (1350-1364)<sup>18</sup>.

Na Coroa de Aragão, as primeiras assinaturas autógrafas reais pertencem a Pedro IV (1336-1387), datando a mais antiga conhecida de 1339, tornando-se frequentes nos reinados seguintes<sup>19</sup>. Em Castela, depois da longa tradição de monogramas e sinais rodados de chancelarias régias, desde o século VIII, encontra-se já a assinatura de Sancho IV («Yo ElRey») em documento de 1284 e de D. Fernando IV («Yo el Rey don fernando») em diploma de 1296<sup>20</sup>. No reino de Navarra, as assinaturas reais seguem o modelo francês, com os monarcas a assinarem o nome de batismo, nomeadamente Carlos II, o Mau, em ato de 1349<sup>21</sup>.

Em Inglaterra, conhece-se assinaturas reais de Ricardo II (1377-1399) e de Henrique IV (1399-1413), com os nomes de batismo dos monarcas. Foi somente no reinado de Eduardo IV (1461-1470 e 1471-1483), que a assinatura real inva-

diu as cartas simples, substituindo a prática da subscrição não autográfica dos primeiros monarcas<sup>22</sup>.

Antes do rei D. Dinis, conforme escreveu João Pedro Ribeiro, não se encontram assinaturas, autógrafas nem heterógrafas, dos soberanos portugueses, lançadas na documentação produzida nas respetivas chancelarias. Os estilos de validação da documentação régia portuguesa, então, caracterizavam-se pela aposição do rodado, à semelhança das bulas ou *litterae* pontifícias, geralmente rodeado pelas colunas dos confirmantes e testemunhas heterograficamente lançadas (nomes de membros da família real, dos oficiais-mores da cúria do rei e dos nobres do seu círculo próximo e pela coluna dos bispos e as de outros oficiais do despacho da chancelaria) e, também, a partir de D. Sancho I (1185-1211), do selo de cera pendente do monarca. Com o rei D. Afonso II (1211-1223), além do selo de cera, foi introduzido o selo de chumbo, reservado, aliás, em Portugal, exclusivamente à chancelaria real<sup>23</sup>.

O selo de validação tornou-se no elemento mais universalmente presente nos diplomas régios portugueses fossem eles solenes ou menos solenes. Esta prática manter-se-á sempre na chancelaria real, independentemente da inovação que constituiu a introdução da prática da assinatura, autógrafa ou heterógrafa, nos atos diplomáticos dos monarcas.

Com D. Dinis e, sobretudo, com os reis seus sucessores, especialmente os da dinastia de Avis, surgem as primeiras assinaturas em documenta-

<sup>18</sup> Claude Jeay, “La naissance de la signature dans les cours royales et princières de France (XIVe-XVe siècle)”, in *Auctor et auctoritas: invention et conformisme dans l'écriture médiévale, actes du colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines (14-16 juin 1999)*, dir. Michel Zimmermann, Paris, 2001, pp. 457-475: 460; Idem, *Signature et pouvoir au Moyen Âge*, Paris, École des Chartes, 2015; Idem, *Du sceau à la signature: histoire des signes de validation en France (XIIIe-XVIe siècles)*. Em linha: <http://www.chartes.psl.eu/fr/positions-theses/du-sceau-signature-histoire-signes-validation-france-xiii-xvi-siecle> [acesso confirmado em 02.01.2020].

<sup>19</sup> Antoni M. Aragó Cabanas, “Subscripción y firma autógrafa en los documentos reales aragoneses”, in *Policia española*, X, 1962, pp. 11-13; Rafael Conde, Dégado de Molina e Maria Milagros Cárcel Ortí, “Corona de Aragón. Documentacion real. Tipologia (s. XIII-XIV)”, *Diplomatique royale du Moyen Âge. XIIIe-XIVe siècles. Congrès de la Commisison Internationale de Diplomatique* (Éd. José Marques), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 273-294; María Luz Mandingorra Llavata, “Al servicio del Rey. Sobre la carta real diplomática de la Corona de Aragón (1336-1458)”, *Anuario de Estudios Medievales*, 47/2, 2017, pp. 647-677.

<sup>20</sup> Jesús Muñoz y Rivero, *Firmas de los reyes de España (desde el siglo IX hasta nuestros días)*, Madrid, Hernando e C<sup>a</sup>, 1887, reproduções nº 36 e 37. [Mantém-se a ortografia constante do documento].

<sup>21</sup> Jesús Muñoz y Rivero, *Firmas de los reyes de España...*, cit., reprodução nº 62.

<sup>22</sup> Charles John Smith e John Gough Nichols, *Autographs of Royal, Noble, learned, and remarkable personages conspicuous in English History*. Londres, J. B. Nichols and Son, 1829, nºs 1 e seguintes; Pierre Chaplais, *English Diplomatic Practice in the Middle Ages*. London - New York: Hambledon and London, 2003, p. 127.

<sup>23</sup> Avelino de Jesus Costa, “La Chancellerie Royale Portugaise jusqu’au milieu du XIII siècle”, in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*. Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos medievais, 1992, pp. 135-166; Rui de Azevedo, “A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII : linhas gerais da sua evolução”, *Revista da Universidade de Coimbra*, XIV, 1938 pp. 31-80; Idem, “Primórdios da Chancelaria de D. Afonso Henriques”, *Revista Portuguesa de História*, 1, 1941, pp. 161-166; Idem, *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, Tomos 1 e 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 e 1962; Idem, “O livro de registo da chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)”, *Anuario de Estudios Medievales*, 4, 1967, pp. 35-74.

ção original. Nos diplomas latinos, encontra-se, por vezes, ainda que raras, a assinatura régia em latim, mas é muitíssimo mais frequente encontrar a assinatura dos monarcas em língua portuguesa, geralmente, nas variantes «El Rey a viu», «El rey» ou, ainda e tão somente, «Rey». É bem conhecida a aposição da cruz de cinco pontos a seguir à assinatura régia na documentação subscrita por D. Afonso V logo que assumiu a governação plena do reino, em 1448<sup>24</sup>.

Salvo exceções, os reis de Portugal, assim como os seus secretários de mão, que se lhes podiam substituir na assinatura real, nos séculos medievais como nos modernos e até ao fim da monarquia no país, não assinam nunca o nome de batismo nos atos de chancelaria, tão somente «El Rey» ou «Rey». Algo semelhante sucedeu com as rainhas e com os infantes reais. As suas assinaturas muito raramente referenciam o nome próprio privilegiando antes o título real<sup>25</sup>.

D. Dinis é o único monarca que não confirma totalmente esta regra, embora a privilegie e se deva considerar, neste campo, ter sido ele o rei instituidor da tradição da autografia real portuguesa em matéria de chancelaria. Um rei, aliás, com outras inovações relevantes na chancelaria real. Uma delas, justamente, foi a de privilegiar o uso da língua portuguesa em detrimento do latim, língua que não será abandonada na chancelaria mas que se tornará bastante residual. O Rei «Lavrador» inovou, ainda, pelo progressivo abandono, nas suas cartas e privilégios, das colunas heterógrafas de confirmantes e de testemunhas, em favor da substituição desse sistema de validação apenas pela selagem ou pela subscrição autógrafa exclusiva dos seus oficiais notários e escrivães da chancelaria.

Ao iniciar a assinatura, por mão própria, de diplomas do seu despacho no exercício do Direito e da Justiça, D. Dinis inovava nas práticas validatórias específicas da chancelaria real portuguesa. O

soberano ora assinava com o nome próprio, explicando criteriosamente a sua assinatura pelas fórmulas a que recorria, que o fazia e subscrevia «aqui», com e por a sua mão, ora, mais frequentemente, autografava tais atos apenas com a fórmula «El rei o viu», maioritariamente dentro de guardas. Esta segunda fórmula parece acentuar um discurso de autenticação diplomática da chancelaria em que predomina a semântica e o sentido da «vista» ou do «ver» («vidit» ou «viu»), verbo escrito pelo próprio monarca geralmente na terceira pessoa do singular («El Rei o viu»), assim acentuando o carácter impessoal que se pretendia *signum* ou sinal gráfico probatório da *maiestas regalis* pela qual se chancelava, autorizava e gerava a força legal do ato diplomático.

Na verdade, os documentos assinados *manu propria* por D. Dinis são uma pequena parte da imensa produção da sua chancelaria, que serviu um longo reinado (1279-1325), podendo considerar-se uma exceção à regra da autenticação dos atos régios pela selagem ou, ainda, pelo lançamento de assinaturas dos oficiais da cúria real. O monarca, todavia, assinava os atos escritos originais, distinguindo e honrando verdadeiramente aqueles a quem o diploma era dirigido ou destinado, ao mesmo tempo que afirmava a sua sabedoria pelo domínio da escrita e inaugurava um modelo cultural gráfico que se tornaria tradição da chancelaria real portuguesa e *exemplum* para todos os senhores do reino.

Deste soberano, na verdade, que assinava usando quer o latim, quer a língua portuguesa, encontramos assinaturas autógrafas assaz variadas. Do levantamento que pudemos levar a cabo, tendo em atenção o contributo de João Pedro Ribeiro<sup>26</sup>, num primeiro rastreio, posto que não absoluto, da numerosa documentação deste monarca ainda subsistente, resulta a seguinte lista de registos autógrafos *manu propria* ou em cópia heterógrafa nos documentos originais e nos livros de registos da chancelaria dionisina<sup>27</sup>:

<sup>24</sup> Vd. João Pedro Ribeiro, Ob. cit., pp. 18-19 e 23; Saul António Gomes, *D. Afonso V, o Africano*, Lisboa, Temas & Debates, 2012, pp. 390-391.

<sup>25</sup> João Pedro Ribeiro, Ob. cit., pp. 20-22; João José Alves Dias, "Imagem da capa. A assinatura régia: a tinta-ouro escreve o Rei", *Fragmenta Historica*, 2, 2014, pp. 7-9; Idem, "Imagem da capa. Em torno da assinatura das cartas régias", *Fragmenta Historica*, 3, 2015, pp. 6-10; Idem, "Imagem da capa. Rey - a assinatura não autografa", *Fragmenta Historica*, 4, 2016, pp. 6-12.

<sup>26</sup> João Pedro Ribeiro, Ob. cit., p. 18-19. (Este autor cita seis casos de assinaturas autógrafas de D. Dinis).

<sup>27</sup> O levantamento a que se procedeu não é exaustivo mas apenas exemplificativo. Procedeu-se ao levantamento em cartas originais do monarca, existentes em alguns fundos de documentos régios no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que vão indicados no levantamento de autógrafos régios dionisinos de que se dá conta neste estudo, bem como à recolha da informação diplomática pertinente

27.02.1295, Mosteiro de Odivelas: «Ego Rex Dyonisius manu mea subscripsi»<sup>28</sup>;

28.01.1299, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>29</sup>

02.05.1299, Portalegre: «ElRey a uyo.»<sup>30</sup>

02.05.1299, Portalegre: «ElRey a uyo.»<sup>31</sup>

02.05.1299, Portalegre: «ElRey a uyo.»<sup>32</sup>

12.08.1301, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>33</sup>

17.08.1301, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>34</sup>

12.12.1301: «Eu ElRey a vy e julguei com minha Corte»<sup>35</sup>.

04.05.1302, Serpa: «ElRey a ujo.»<sup>36</sup>

06.03.1304, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>37</sup>

15.03.1304, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>38</sup>

04.06.1305, Lisboa: «E a mayor ffirmidõe Eu sobredicto Rey Don Denis a petiçom da dicta Donna Steuaynha os figi bolar de mha bola do Chumbo pendente:-»<sup>39</sup>.

18.08.1305: «ElRey a viu»<sup>40</sup>;

12.06.1306, Lisboa: «elRey a uyo.»<sup>41</sup>

30.01.1307, Coimbra: «elRei a uio.,.»<sup>42</sup>

03.11.1307, Leiria: «ElRey a vvy.»<sup>43</sup>

12.12.1307, Coimbra: «elRey a uyo.»<sup>44</sup>

15.04.1308, Sabugal: «elRey a vvy.»<sup>45</sup>

nos livros de registo ou suas cópias da chancelaria deste monarca, hoje existentes neste referido arquivo (livros 1 a 6). Nestes livros da chancelaria real, especialmente no primeiro, o lançamento das cópias dos diplomas régios, retiradas de originais da chancelaria do monarca, fossem eles registos ou atos avulsos, teve em atenção a presença da autografia real, como se demonstra nestas páginas. Recorde-se, ainda, que os livros 2 e 5 da chancelaria do rei D. Dinis foram já criteriosamente publicados. Vd. *O Livro das Lezírias d'El Rei Dom Denis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá-Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003; *Chancelaria de D. Dinis*, Livro II, transcrição de documentos, sumários e localização dos topónimos por Maria Rosa Marreiros, Coimbra, Ed. Palimage e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2012. Consultou-se, também, naquele arquivo, o Livro Primeiro dos Autênticos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Noutras obras e fontes, privilegiadas também pela publicação de documentos do rei D. Dinis, a informação passível de análise para o presente exercício de abordagem diplomática e paleográfica da autografia do rei D. Dinis é escassa ou nula, como sucede, a título meramente exemplificativo mas não exaustivo, no *Livro das Leis e Posturas*, prefácio de Nuno Espinosa Gomes da Silva. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito, 1971; *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, apresentação de Manuel Augusto Rodrigues. Transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992; *Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices*, coordenação geral de Inês Morais Viegas e Marta Gomes. Estudo introdutório de Edite Martins Alberto. Transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins e Sara de Menezes Loureiro. Revisão da transcrição de Sara de Menezes Loureiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2016.

<sup>28</sup> ANTT - Gaveta 1, Maço 2, nº 11.

<sup>29</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 6. (D. Dinis ordena que sejam dados juízes aos meninos órfãos ainda sem rébora).

<sup>30</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 7. (Confirmação do foro de Castelo de Vide).

<sup>31</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 7. (Outorga dos termos ao concelho de Castelo de Vide).

<sup>32</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 7. (D. Dinis compromete-se a nunca dar Castelo de Vide por herdamto, nem por terra nem por préstamo a ninguém).

<sup>33</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 4, fl. 21. (Carta de foro dos moradores da Póvoa de Vila Boa de Montenegro).

<sup>34</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 16. (Carta de graça e mercê aos povoadores da Vila Boa de Monte Negro, para ajuda da construção da cerca).

<sup>35</sup> João Pedro Ribeiro, Ob. cit., pp. 18-19. Este autor remete esta assinatura para documento do desaparecido cartório do Mosteiro de S. João de Tarouca.

<sup>36</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 17v. (Legitimação de João Gonçalves Paiva).

<sup>37</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 73. (Carta régia escusando de montado os servidores da Ordem de Santiago em Campo de Ourique).

<sup>38</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 73. (Carta autorizando a recolha de rama para trato dos gados da Ordem de Santiago em Campo de Ourique e em Santiago do Cacém).

<sup>39</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 44v-45. (Escambo entre o rei e D. Estevainha, viúva de Mem Rodrigues Rebotim). Note-se que esta é a última frase do documento, devendo corresponder, acreditamos, de acordo com o hábito diplomático dos diplomas com assinaturas régias, a autógrafa do próprio rei na carta original.

<sup>40</sup> ANTT - Gaveta 12, Maço 1, nº 4.

<sup>41</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 1, documento com a cota antiga: «Alm. 5, m. 3, nº 12».

<sup>42</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro 1 dos Autênticos, fl. 26. (Ao alcaide e alvazis de Montemor-o-Velho, para que façam respeitar os direitos do Mosteiro de Santa Cruz nas terras que haviam sido abertas por homens seus, nomeadamente em Alhada, *Avandos* e Aboboreira).

<sup>43</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 56v-57. (D. Dinis confirma o escambo feito entre o arcebispo de Braga e o bispo de Lisboa).

<sup>44</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 5, documento com a cota antiga «Alm. 5, m. 3, nº 14»; Livro 1 dos Autênticos, fl. 26v.

<sup>45</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 73. (Carta ao almoxarife de Beja e aos montarazes do rei em Campo de

15.02.1309, Lisboa: «el Rey a vyo.»<sup>46</sup>  
01.07.1309, Lisboa: «ElRey a uyo:-»<sup>47</sup>  
18.08.1309, Lisboa: «. elRey a uyo:-»<sup>48</sup>  
18.08.1309, Lisboa: «El Rey a vyo.»<sup>49</sup>  
12.07.1310, Lisboa: «ElRey a vyo.»<sup>50</sup>  
13.07.1310, Lisboa: «El Rey a vyo.»<sup>51</sup>  
13.07.1310, Lisboa: «ElRey a vyo:-»<sup>52</sup>  
12.07.1313, Lisboa: «ElRey a uyo:-»<sup>53</sup>  
11.04.1314, Santarém: «ElRey a uyo»<sup>54</sup>.  
06.06.1314, Lisboa: «El Rey a vyo:-»<sup>55</sup>  
08.06.4, Lisboa: «ElRey a uyo»<sup>56</sup>  
08.09.1314, Lisboa: «ElRey a uyo»<sup>57</sup>  
15.08.1315, Lisboa: «ElRey a uyo»<sup>58</sup>

06.02.1316, Santarém: «ElRey a uyo»<sup>59</sup>  
13.05.1316, Lisboa: «ElRey a uyo»<sup>60</sup>  
25.05.1316, Lisboa: «ElRey a uyo»<sup>61</sup>  
18.09.1316, Lisboa: «ElRey a uyo»<sup>62</sup>  
01.02.1317, Santarém: «ElRey a uyo»<sup>63</sup>  
28.06.1317, Lisboa: «Eu ElRey soscreui aqui»<sup>64</sup>  
25.08.1317, Lisboa: «ElRey a uyo:-»<sup>65</sup>  
18.11.1317, Santarém: «ElRey a uyo:-»<sup>66</sup>  
02.04.1318, Santarém: «El Rey a uyo:-»<sup>67</sup>  
27.04.1318, Santarém: «ElRey a uyo:-.»<sup>68</sup>  
04.05.1318: «E eu ElRey D. Dinis sobescrevy aqui com minha maaom»<sup>69</sup>  
22.07.1318, Lisboa: «Eu el rey Don Denis soscriui aqui :-»<sup>70</sup>

Ourique para darem as dízimas dos gados devidas à Ordem de Santiago).

<sup>46</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 68-69. (Carta de entrega das terras, possessões e aldeias de Sambade, c. Alfândega da Fé).

<sup>47</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 74v-75. (Doação ao bispo de Lisboa, D. João, das igrejas de Santa Iria e de Santa Cruz de Santarém e dos padroados das igrejas de S. Martinho de Santarém e de S. João de Pernes, no termo de Alcanede).

<sup>48</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorporação, Maço 18, documento com a cota antiga: «Alm. 34, m. 4, nº 6». (Confirmação da pública-forma da doação do eclesiástico de Leiria ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pelo rei D. Afonso Henriques, em abril de 1142).

<sup>49</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 9, documento com a cota antiga «Alm. 5, m. 3, nº 15».

<sup>50</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 72v-73v. (Carta de agravamentos da Ordem de Santiago).

<sup>51</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 73v. (Carta aos montarazes régios sobre as penas a aplicar aos que cortassem rama ou árvores em Campo de Ourique).

<sup>52</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 73v. (Carta ao concelho de Setúbal derogando a postura que este tinha feito sobre a venda, na vila, dos vinhos de Sesimbra e de Azeitão).

<sup>53</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 83v. (Carta de doação de D. Dinis das vilas e lugares de Nozelos e de Alfândega ao seu filho João Afonso).

<sup>54</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 88v. (Carta para os moradores de Assumar serem sujeitos ao concelho de Monforte).

<sup>55</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 87. (Legitimação de Gonçalo Gonçalves).

<sup>56</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 87v-88. (Carta de entrega da vila de Ouguela ao bispo de Badajoz).

<sup>57</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 88. (Doação do Casal de Ribamar a Martim Durães, fruteiro e criado de serviço do rei).

<sup>58</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 97-97v. (Carta de foro de uma azenha na Asseiceira).

<sup>59</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 98v. (Carta para a vila de Castro Vicente se mudar para o sítio de Cabeça da Cruz, por ser menos doentio).

<sup>60</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 100v-101. (Carta de quitação de 100 maravadis velhos ao concelho de Viana).

<sup>61</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 101. (Carta para que o concelho da Bemposta, em Riba do Doiro, fosse sempre da coroa).

<sup>62</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 106. (Legitimação de Diogo Lopes, filho de Lopo Afonso da Cunha e de Ouroana Martins, abadessa de Santa Marinha de Loivo).

<sup>63</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 108-108v. (Carta de doação do lugar da Pedreira ao Almirante. O rei assinou esta carta com o Almirante, o qual se subscreveu como: «Ego Micel Manuel Pezagno»).

<sup>64</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 113v. (Carta de quitação a Estêvão da Guarda, escrivão do rei).

<sup>65</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 114v. (Carta sobre os agravamentos que os abades e priores de Além Douro recebiam dos fidalgos).

<sup>66</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 116. (Doação do padroado da ermida de S. Fins de Lousado a Mestre Martim, físico do rei).

<sup>67</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 117v. (Carta de graça pela qual o rei consentia que os filhos de Nicolau Peres (Lopo Peres, Fernão Peres, Beringeira Peres, Maria Peres, Mecia Peres, Clara Peres e Constança Peres), deão da Sé de Lamego, pudessem herdar do que lhes fosse deixado por ele em testamento).

<sup>68</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 118v. (Carta de foro aos moradores do Redondo).

<sup>69</sup> ANTT - Livro 2 da Estremadura, fl. 150, col. 1.

<sup>70</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 120. (Doação a Estêvão da Guarda, seu escrivão, da lazéria da Faceira, no termo da Azambuja).



10.01.1319, Montemor-o-Novo: «El elRey Don denis soscreuy aqui com mha maa:-»<sup>71</sup>

01.03.1319, Montemor-o-Novo: «ElRey a uio:-»<sup>72</sup>

04.03.1320, Santarém: «ElRey a uyo.»<sup>73</sup>

03.05.1320: «Eu ElRey ssoescrevy aqui»<sup>74</sup>;

17.06.1320, Santarém: «Eu elRey Dom Denjs a uy.»<sup>75</sup>

29.12.1320, Santarém: «+Eu Rey Dom Denis soscrevi aquy +»<sup>76</sup>

26.08.1321, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>77</sup>

01.10.1321, Lisboa: «ElRey a uyu.»<sup>78</sup>

10.02.1322, Santarém: «Eu elRey don denjs soscriuy aquy:-»<sup>79</sup>

10.05.1322, Leiria: «ElRey a uyo.»<sup>80</sup>

05.10.1322, Lisboa: «Eu ElRey a uy:-»<sup>81</sup>

15.12.1322, Santarém: «ElRey a uyo:-»<sup>82</sup>

16.02.1323, Santarém: «:-Eu Rey Don Denis soescriui aqui:-»<sup>83</sup>

26.06.1323, Lisboa: «+Eu elrey dom Denis soscrevy aquy+»<sup>84</sup>

10.12.1323, Lisboa: «+Eu ElRey a uy+»<sup>85</sup>

19.12.1323, Lisboa: Lisboa: «ElRey a uyo:-»<sup>86</sup>

28.12.1323, Lisboa: «Eu elRey a uy:-»<sup>87</sup>

31.12.1323, Lisboa: «Eu elRey a uy:-»<sup>88</sup>

26.03.1324, Santarém: «Eu el Rey a uy:-»<sup>89</sup>

31.05.1324, Santarém: «Eu elRey a uy.»<sup>90</sup>

10.06.1324, Santarém: «ElRey a uyo.»<sup>91</sup>

12.06.1324, Santarém: «ElRey a uyo.»<sup>92</sup>

24.04.1324, Santarém: «ElRey a uyo.»<sup>93</sup>

<sup>71</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 123. (Carta de graça para que o Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde possa haver todas as herdades e possessões que ficarem das suas religiosas).

<sup>72</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 123v. (Carta real para que o concelho de Alegrete seja isento e livre do município de Portalegre).

<sup>73</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 129v-130. (Em carta de couto do Mosteiro de Santo Tirso dos seus casais, lagares, herdades, vinhas e casas e em carta de legitimação de Abril Pires, filho de Pêro Rodrigues do Souto).

<sup>74</sup> ANTT - Gaveta 4, Maço 1, nº 4, Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 131v-132. (Doação à Ordem de Avis do padroado das igrejas de Serpa, de Moura e de Mourão).

<sup>75</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 4, fl. 87. (Carta de préstamo do Casal da Malosa, termo de Santarém, além do rio Tejo, a João Domingues de Beja, escrivão do rei).

<sup>76</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 133v. (Doação à Ordem de Avis do padroado das igrejas do termo de Pavia).

<sup>77</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 141v. (Carta para Martim Louredo, clérigo do rei, poder comprar bens de raiz, no termo dos Montes de Alenquer).

<sup>78</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 4, fls. 91v-92v. (Carta de foro aos moradores de Cerveira).

<sup>79</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 147v-148. («Nos sobre dicto rey Dom Denis mandamos ende fazer esta carta e mandamo la seelar do nosso seelo do chumbo. E por mayor firmidõe soescrevemos em ela nosso nome com nossa mão. Dante...»). Carta de doação a Estêvão da Guarda de casais e herdades no termo de Torres Vedras).

<sup>80</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 145. (Doação a Estêvão Martins, carpinteiro e mestre dos engenhos, a pedido de Estêvão da Guarda, da azenha junto da ponte de Alcântara).

<sup>81</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 146v. (Doação a Estêvão Vasques, de Guimarães, dos direitos reais no Casal da Bornaria, Guimarães).

<sup>82</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. (Carta pela qual D. Dinis cede o padroado da igreja de S. Martinho do Moçul, no julgado de S. João de Rei, diocese de Braga, a João Silvestre, cônego de Braga).

<sup>83</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 149-149v. (Doação de Fernão Sanches e de D. Fruilhe, sua mulher, a João Afonso, filho do rei, de todas as coisas que tinham em Miranda).

<sup>84</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 151v-152. (Quitação a Gonçalo Domingues, sacador das dívidas).

<sup>85</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 154. (Carta pela qual manda retornar ao bispo do Porto as jurisdições que el-rei lhe tinha retirado).

<sup>86</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 154-154v. (Escambo com a Ordem do Hospital de uns emprazamentos e herdamentos para a povoação de Vila Real).

<sup>87</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 155. (Escambo da igreja de Santiago de Marvão pelo padroado da igreja de S. Pedro de Aباças, da Ordem do Hospital).

<sup>88</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 155-155v. (Carta pela qual el-rei outorga a doação que a rainha D. Beatriz, sua mãe, fizera a Abril Pires, da Granja de Ficalho, de Serpa).

<sup>89</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 157-157v. (Carta para que os do concelho de Bragança não pagassem portagens).

<sup>90</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 158v. (Quitação que o rei faz a Vasco Lourenço, escudeiro, dos direitos reais que tinha na Azoia, termo de Santarém).

<sup>91</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 158v-159. (Confirmação aos moradores da Cornelhã dos seus usos e costumes, nomeadamente de pedirem a confirmação dos seus juizes ao arcebispo de Santiago de Compostela).

<sup>92</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 158v. (Carta para que os do concelho de Longroiva obedecessem à Ordem da Cavalaria de Cristo).

<sup>93</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 160v. (Carta de escambo entre os freires do Hospital e o Conde de Barcelos, D. Pedro e D. Branca, sua mulher, de todas as coisas que havia na vila de Montoito e seu termo).

- 09.08.1324, Lisboa: «ElRey a uyo»<sup>94</sup>  
22.08.1324, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>95</sup>  
25.08.1324, Lisboa: «ElRey a uyo:-»<sup>96</sup>  
05.09.1324, Lisboa: «ElRey a uyo.»<sup>97</sup>  
25.11.1324, Santarém: «ElRey a uyo:-»<sup>98</sup>  
29.11.1324, Santarém: «Eu ElRey a uy.»<sup>99</sup>  
05.12.1324, Santarém: «ElRey a uyo.»<sup>100</sup>  
12.12.1324, Santarém: «Eu ElRey a vy»<sup>101</sup>.  
13.12.1324, Santarém: «Eu elRey a uy.»<sup>102</sup>  
26.12.1324, Santarém: «ElRey a uyo»<sup>103</sup>  
30.12.1324, Santarém: «ElRey a uyo.»<sup>104</sup>

Na sua maior parte, as assinaturas referidas na lista acima exposta foram recolhidas em cópias de chancelaria. Cópias que, todavia, parecem mimetizar a assinatura original do rei, sem alte-

<sup>94</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 159. (Para que o meirinho de Entre Douro e Minho entre nos coutos para prender malfeitores, mesmo que os senhores dos coutos não lhe queiram dar licença).

<sup>95</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 4, fls. 101v-102. (Carta de foro dos povoadores do concelho da Terra da Lomba).

<sup>96</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 161. (Carta de doação de um campo, em Lisboa, acima da Sé, a Martim *Messegena*).

<sup>97</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 160v-161. (Carta por que el-rei manda levantar o embargo que os de Serpa faziam a João Afonso Valente).

<sup>98</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 163-164. (Carta para que se respeitem os artigos concordados com o papa).

<sup>99</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 161v-162. (Carta pela qual el-rei reconhece a Martim Durães, seu fruteiro, o bom conto e bom recado que lhe deu das suas coisas, «tambem en dobras e en torneses e en ouro e en prata e en anees e en dōas e en dinheiros e en panos e en especias e en fruta come en outras cousas muytas.»).

<sup>100</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 162. (Carta para que os concelhos que não devem dar portagem a não paguem em todo o reino).

<sup>101</sup> ANTT - Maço 1 de Leis, nº 89. Vd., João Pedro Ribeiro, *Ob. cit.*, p. 18-19.

<sup>102</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 162v. (Carta de quitação dada a Estêvão da Guarda do tempo em que Vicente Martins fora comprador do rei).

<sup>103</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 162v. (Carta de quitação a Vicente Martins, cevadeiro da rainha, de 5054 libras, 3 soldos e 2 dinheiros).

<sup>104</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 164-164v. (Para que os concelhos com isenção de portagem a não paguem em todo o reino).

ração, por exemplo, dos tempos e pessoas verbais («a vi» e/ou «a viu»), frequentemente reproduzindo sinalefas, como o ponto ou dois ou três pontos com traço horizontal associado como que fechando ou trancando o espaço gráfico que sucede imediatamente à assinatura real. Nas assinaturas ainda originais, na verdade, verifica-se que D. Dinis associa à escrita do seu nome, pelo seu punho, sinais idênticos aos descritos e reproduzidos nas respetivas cópias.

A primeira assinatura de D. Dinis que encontramos data de 1295. Desde então, multiplicam-se assinaturas deste monarca na documentação da sua chancelaria. D. Dinis usou essencialmente duas fórmulas nas suas assinaturas. A primeira, com enunciação do nome de batismo e elementos que «explicam» essa assinatura; a segunda fórmula, bem distinta, regista tão somente «El Rei a viu». Nos originais que nos chegam com esta fórmula, a assinatura do monarca aparece acompanhada de guardas. Por estes originais podemos observar que a tinta usada pelo monarca na sua subscrição autógrafa não se distingue da usada pelos notários na escrita do documento<sup>105</sup>.

A guarda é um elemento simbólico que surge já nas inscrições da Antiguidade Pré-Clássica e Clássica, um traço ou uma linha inscrita que envolve o nome do faraó, imperador ou monarca. Tinha valor mágico-religioso, enunciando um nome divino ou divinizado e traçando fronteiras, entre o dentro e o fora, entre o sagrado e o profano. Como se poderá observar das reproduções que se seguem da assinatura régia dionisina, a guarda autógrafa de D. Dinis surge, com se referiu, associada à fórmula «El Rei a viu», sendo composta por traço vertical e traço horizontal, sublinhando

<sup>105</sup> Tinta vermelha, o «*sacrum incaustum*», era usada pelos imperadores bizantinos na assinatura dos seus atos de chancelaria. Tinta dourada serviu ao rei D. Manuel I para assinar alguns documentos, como forais, e o seu nome batismal foi frequentemente escrito, nas tarjas iluminadas das portadas dos livros chamados da *Leitura Nova*, a tinta dourada ou prateada. A cor tem valor simbólico relevante nesse tempo, podendo, ainda, demonstrar-se nos cordões e fios acetinados (vermelhos e dourados, azuis e dourados ou prateados, dos selos pendentes ou nos próprios selos de cera). Vd. Saul António, Gomes, *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2ª ed., 2012, pp. 56-57; João José Alves Dias, “Imagem da capa. A assinatura régia: a tinta-ouro escreve o Rei”, *Fragmenta Historica*, 2, 2014, pp. 7-9.

a assinatura, começando esta por um ponto que a separa do primeiro traço vertical da guarda<sup>106</sup>.

Já na obra *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, publicada em 1937, foram reproduzidas

quatro «assinaturas explicadas» deste rei D. Dinis, mas sem referenciar cotas arquivísticas e, à exceção de um desses documentos, as suas datas, a saber:

DIVERSAS ASSINATURAS DO REI D. DENIS, ALGUMAS COM EXPLICAÇÕES: «EU EL-REY DON DENIS SSOESCREVY AQUI», E A ÚLTIMA «ELREY AVYOS», PRECEDIDA DA ASSINATURA DO CÉLEBRE ALMIRANTE MANUEL PEZAGNO

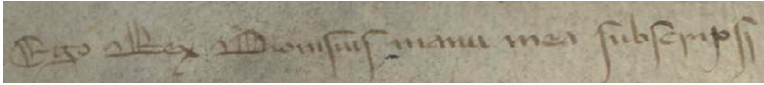
Estampa, com assinaturas de D. Dinis, publicada na obra *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937)

<sup>106</sup> Sobre a questão das assinaturas e dos nomes, mormente reais, e demais elementos gráficos simbólicos a eles associados ou implícitos, por exemplo, monogramas em cruz e variantes como o crismón ou outras «imagens», ou até pela cor das tintas usadas, caso do *sacrum incaustum*, veja-se Ildar H. Garipzanov, *The symbolic language of royal authority in the Carolingian world* (c. 751-877), Leiden-Boston, Brill, 2008, pp. 157-202; Avelino de Jesus da Costa, “La chancellerie royale portugaise jusqu’au milieu du XIIIe siècle”, in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos medievais, 1992, pp. 135-167; Maria Isabel Ostolaza Elizondo, “La validación en los documentos del occidente hispano (s. X-XII). Del signum crucis al signum manus”, in *Graphische Symbole in Mittelalterlichen Urkunden, Beitrage zur diplomatischen Semiotik*, ed. Peter Ruck, Sigmaringen, 1996, pp. 453-462; Ainoa Castro Correa, “Observaciones acerca de los crismones empleados en la documentación medieval de la diócesis de Lugo (siglos X-XII)”, *Scriptorium*, 69, 2015, pp. 3-31.

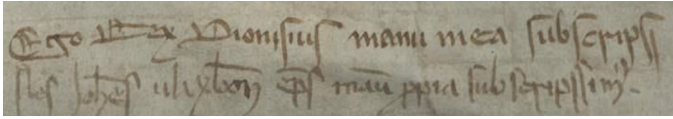
- 1 - 1324: «Eu ElRey avy»;
- 2 - «Eu ElRey don Denis sso escreuj aq»;
- 3 - «Eu elRey Don Denis con mha mao so escreuj aq»;
- 4 - Dentro de guardas: «El Rey a uyo :-»<sup>107</sup>.

Recapitulando parte das listas antes enunciadas, para reafirmar agora os autógrafos do rei D. Dinis, teremos os seguintes testemunhos de assinaturas deste monarca:

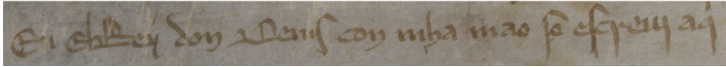
<sup>107</sup> Damião Peres, “Autonomia e organização: I) Política internacional; - Constituição do condado e do reino de Portugal e suas relações diplomáticas com a Cúria Romana e com Castela. Convénios de Zamora (1143), de Badajoz (1267) e Alcaníces (1297). Aproximação da Inglaterra”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, Volume I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 65-127: 89.



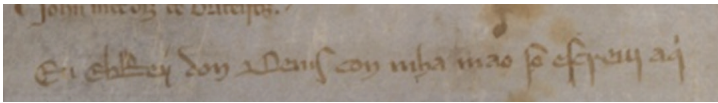
1 - documento de 27.02.1295, Mosteiro de Odivelas: «Ego Rex Dionysius manu mea subscripsi»<sup>108</sup>;



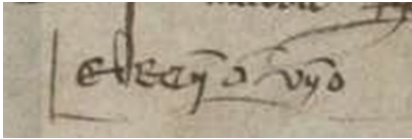
2 - documento de 27.02.1295, Mosteiro de Odivelas: «Ego Rex Dionysius manu mea subscripsi»<sup>109</sup>;



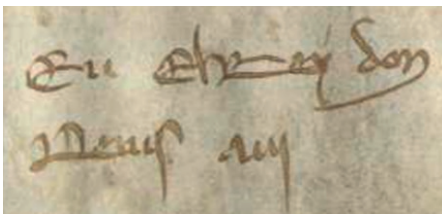
3 - documento de 23.03.1295, Lisboa: «Eu ElRey don Denis con mha mao so escreuj aqui»<sup>110</sup>;



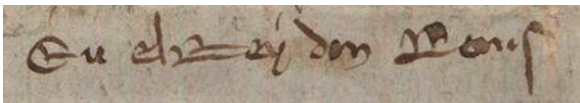
4 - documento de 23.03.1295, Lisboa: «Eu ElRey don Denis con mha mao so escreuj aqui»<sup>111</sup>;



5 - documento de 15.03.1302, Montemor-o-Novo: guardas: «ElRey o vyo»<sup>112</sup>;



6 - documento de 26.03.1303, Alandroal: «Eu ElRey don / Denis auj»<sup>113</sup>;



7 - documento de 1.01.1305, Santarém: «Eu elRey don Denis»<sup>114</sup>;

<sup>108</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 1, Maço 2, nº 14. (Carta de fundação e dotação do Mosteiro de Odivelas).

<sup>109</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Mosteiro de Alcobaça, 1ª incorporação, Documentos Particulares, Maço 20, doc. 2. Desta carta há, ainda, um terceiro original, com idêntica assinatura régia em latim, cuja reprodução, todavia, não foi possível obter em tempo útil para incluir neste estudo. (ANTT - Mosteiro de Odivelas, livro 1, nº 7).

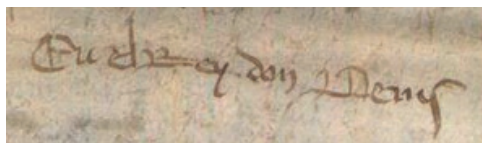
<sup>110</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Mosteiro de Alcobaça, Documentos Régios, Maço 2, nº 32.

<sup>111</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Mosteiro de Odivelas, livro 2, doc. 3.

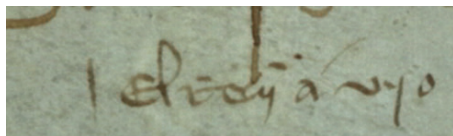
<sup>112</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Convento de Santa Clara de Santarém, Maço 10, nº 6.

<sup>113</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 4, Maço 1, nº 21. (Doação a D. Lourenço Afonso, mestre da Ordem de Avis, e à Ordem, do padroado da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Elvas, com as capelas nela feitas e por fazer).

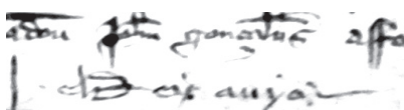
<sup>114</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Ordem de S. Bento de Avis, Maço 4, nº 369. (Doação ao mestre e à Ordem de Avis do castelo e da vila de Paderne, assim como do reguengo e do padroado da sua igreja).



8 - documento de 2.01.1305, Santarém: «Eu ElRey. don Denis»<sup>115</sup>;



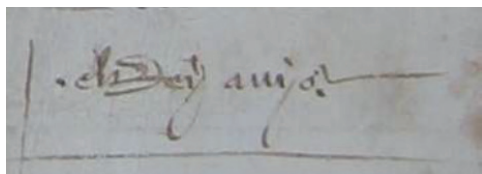
9 - documentos de 18.08.1305, Lisboa: guardas: «ElRey a uyo»<sup>116</sup>;



10 - documento de 12.06.1306, Lisboa: guardas: «. ElRey a uyo :-»<sup>117</sup>;



11 - documento de 17.04.1307, Santarém: guardas: «. ElRey a uyo :-»<sup>118</sup>;



12 - documento de 20.05.1307, Lisboa: guardas: «. ElRey a uyo :-»<sup>119</sup>;

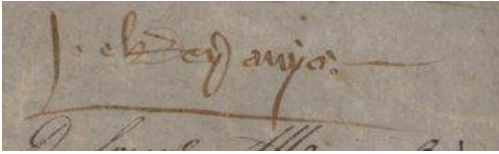
<sup>115</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Ordem de S. Bento de Avis, Maço 3, nº 363. (Doação ao mestre e à Ordem de Avis do padroado da igreja de Santo Ildefonso de Montargil).

<sup>116</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 12, Maço 1, nº 4. (Escambo de alguns herdamentos que o rei D. Dinis fez com a Ordem do Hospital para fundação da póvoa de Vila Real).

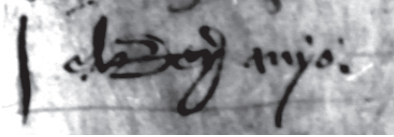
<sup>117</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 1, documento com a antiga cota: «Alm. 5, m. 3, nº 12». (Carta de D. Dinis a Estêvão Rodrigues, meirinho-mor Aquém-Douro, para que impedisse que Martim Redondo e Martim Fernandes de Cambra, com a sua gente e outros cavaleiros, fizessem pousada nas aldeias do mosteiro crúzio em Santa Marinha e em Paços da Beira).

<sup>118</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 7, Maço 10, nº 20. (Carta do rei ao almoxarife e escrivão de Santarém, e a todos os demais que lhes sucederem, informando-os de que escambara com a Ordem do Templo a Lezíria dos Freires, deixando, todavia, o dízimo desta à Ordem).

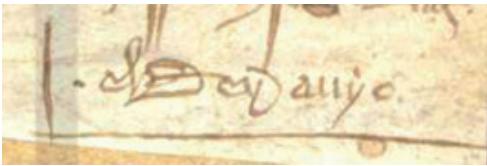
<sup>119</sup> "Documento cedido pelo Município de Coimbra". Cota: Arquivo Municipal de Coimbra - Pergaminhos avulsos, nº 1. (D. Dinis confirma ao concelho de Coimbra o privilégio, outorgado por seu pai, D. Afonso III, a 13.11.1266, de o alcaide deste município não levar de carceragem mais de cinco soldos por cada preso).



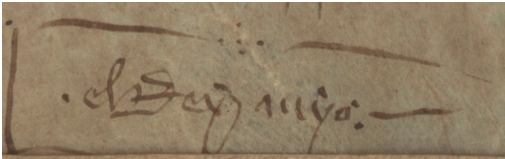
13 - documento de 25.11.1307, Coimbra: guardas: «. elRey a uyo :-»<sup>120</sup>;



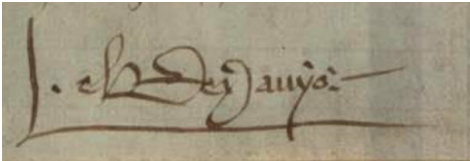
14 - documento de 12.12.1307, Coimbra: com guardas: «elRey a uyo :-»<sup>121</sup>;



15 - documento de 15.01.1308, Santarém: guardas: «. elRey a uyo»<sup>122</sup>;



16 - documento de 18 de agosto de 1309, Lisboa: guardas: «. elRey a uyo:-»<sup>123</sup>;



17 - documento de 19.03.1313, Vila Franca: entre guardas: «. elRey a uyo:-»<sup>124</sup>;

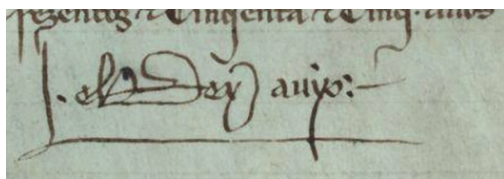
<sup>120</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Ordem de S. Bento de Avis, Maço 3, nº 362. (Doação de Noudar a D. Fr. Lourenço Afonso, mestre da Ordem de Avis, sob condição de melhorarem a fortificação castelã dessa vila).

<sup>121</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 1, documento com a antiga cota: «Alm. 5, m. 5, nº 14». (D. Dinis manda ao alcaide e alvazis de Coimbra que façam repor o direito do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em matéria de venda de frutas e de novos das hortas e dos pomares desta canónica no adro defronte do mosteiro).

<sup>122</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 4, Maço 1, nº 7. (Doação a D. Lourenço Afonso e aos freires da Ordem de Avis, do padroado da igreja de Santa Maria de Olivença e de todas as outras igrejas aí levantadas ou por levantar). Esta carta vem copiada na Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 67v-68, com a data de 15 de janeiro de 1309, Santarém. Trata-se de uma cópia que transcreve o seguinte autógrafo régio: «ElRey a vyyu».

<sup>123</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2ª incorporação, Maço 18, documento com a cota antiga: «Alm. 34, m. 4, nº 6». (Confirmação da pública-forma da doação do eclesiástico de Leiria ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, pelo rei D. Afonso Henriques, em abril de 1142).

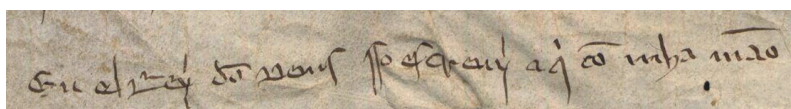
<sup>124</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 3, Maço 2, nº 15. (Doação régia a João Afonso, filho do rei, das aldeias de Outeiro de Miranda, de Vila Verde de Bragança, de Vilarelhos da Terra de Valariça, dos Cortiços e de Cernadelhe, na Terra de Ledra).



18 - documento de 1.02.1317, Santarém: entre guardas: «. elRey a uyo:-»<sup>125</sup>;



19 - documento de 3.05.1320, Santarém: «Eu elRey sso escreuy aqui»<sup>126</sup>;



20 - documento de 16.01.1322, Santarém: «Eu el Rey dom Denis sso escreuy aqui com mha mão»<sup>127</sup>.

Quer dos originais aqui elencados, quer do exame das assinaturas do rei lançadas em cópia, pode concluir-se que D. Dinis não usou nunca, e muito significativamente de um ponto de vista ideológico ou político, pelo significado semântico político que isso poderia assumir, da forma pronominal majestática da primeira pessoa do plural: «Nós». Neste ponto, a fórmula diplomática empregue é sempre a primeira ou a terceira pessoas do singular, ou seja, «Eu el Rei» ou «El Rei», sucedida ou não pelo nome de batismo na forma «Denis».

Tanto é utilizada a fórmula «Eu el rei subscrevi» como «El Rei a viu», portanto, na primeira e/ou na terceira pessoa do singular dos respetivos tempos verbais. Importará, em futuro estudo, aprofundar a questão diplomática da *iussio* ou mandado e das demais cláusulas consignativas da *roboratio* próprias da chancelaria do rei

D. Dinis<sup>128</sup>. A paleografia dos exemplos de assinaturas que foi possível recolher de D. Dinis, salvo alguma variante pontual de uma ou outra letra, o que é normal no quadro da história da escrita e no contexto das variantes caligráficas próprias de cada escriba, ditadas quer pelos ritmos de escrita, em determinados contextos de despacho das escrituras, quer pela evolução da idade do profissional da escrita quer, até, por circunstâncias ocasionais ditadas por eventuais períodos de doença<sup>129</sup>, revela letras características da mão do monarca como os seus RR maiúsculos ou os seus yy geralmente de cauda contracurvada.

De um ponto de vista diplomático, pode-se afirmar, aliás, que a validação por subscrição autógrafo feita na terceira pessoa era frequente nas chancelarias dessa época e, desde logo, na

<sup>125</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 3, Maço 1, nº 7. (Contrato do rei com o Almirante Manuel Pessanha).

<sup>126</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 4, Maço 1, nº 4. (Doação a D. Fr. Vasco Afonso, mestre da Ordem de Avis, e à Ordem, dos padroados das igrejas de Serpa, de Moura e de Mourão).

<sup>127</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Ordem de S. Bento de Avis, Maço 3, doc. 266. (Doação ao mestre da Ordem de Avis, D. Vasco Afonso, das rendas das igrejas de Serpa, de Moura e de Mourão).

<sup>128</sup> Sobre as implicações jurídicas da *iussio* e os seus reflexos na subscrição diplomática dos atos da chancelaria régia portuguesa, para a Baixa Idade Média, veja-se Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC/CHUP, 1990, pp. 49-52; Idem, "Ofício régio e serviço ao Rei em finais do Século XV: norma legal e prática institucional", *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, 14 (1997), pp. 123-137.

<sup>129</sup> Seja-nos permitido remeter, acerca desta problemática, para a reflexão que deixámos na obra *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. (Séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage e CHSC, 2007, pp. 671-688.

do próprio rei. Nalgumas cartas originais deste monarca, justamente, documenta-se este uso, como, e a título exemplificativo, nos casos seguintes: «Meen rodriguez a uyo» (carta de 16.01.1297, Santarém)<sup>130</sup>, «Afonso paez a uio. - cancellarius uidit» (cartas de 5.01.1299 e de 8.01.1299, Coimbra)<sup>131</sup>, «Episcopus Port(u-calensis) uidit» (carta de 20.07.1311, Lisboa)<sup>132</sup> ou, ainda, «Magister Johanes uidit» (carta de 12.12.1307, Coimbra)<sup>133</sup>.

Note-se que, apesar do recurso à terceira pessoa do singular, a subscrição validatória dos mencionados oficiais régios é efetivamente autógrafa e das suas próprias mãos. Também o monarca, ao subscrever-se, como se referiu, usou muito frequentemente a fórmula de subscrição na terceira pessoa do singular e, mais excepcionalmente, a fórmula na primeira pessoa do singular.

D. Dinis subscrevia ou assinava o seu nome tanto em latim como em português. O uso do latim, todavia, é muito excepcional e parece ter sido recurso para consonância plena com a língua de redação do próprio diploma quando este vem escrito justamente nessa língua. Mas apenas encontramos, em boa verdade, uma única formulação da assinatura régia em latim, justamente no diploma de instituição solene do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, junto a Lisboa, pelo monarca, no ano de 1295, como se referiu.

<sup>130</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 7, documento com a antiga cota «Alm. 5(?), m. 2, nº 14. (Carta régia a todas as justiças do reino para que fizessem respeitar os direitos de Santa Cruz de Coimbra nas respectivas vilas e lugares).

<sup>131</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 5, documentos com as antigas cotas «Alm. 5, m. 5, nº 8» e «Alm. 5, m. 3, nº 6», respetivamente. (Carta régia ao alcaide e alvazis de Coimbra para que mordomo nem saião entrassem a penhorar no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra).

<sup>132</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 1, documento com a antiga cota «Alm. 5, m. 3, nº 17». (Carta do rei, de endereço universal - «a quantos esta carta uirem» -, sobre os abusos de aposentadoria de cavaleiros e homens poderosos em terras, herdamentos e casais do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra).

<sup>133</sup> ANTT - Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 7, documento com a antiga cota «Alm. 5, m. 3, nº 8». (Carta de D. Dinis a todos os alcaides, alvazis, juizes, meirinhos, comandadores, almoxarifes e demais justiças dos seus reinos acerca dos homens do mosteiro em Cadima, Arazede e outros lugares do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a fim de que não fossem obrigados a responder perante outras justiças que não as do senhorio do mosteiro crúzio).

Da observação dos diplomas com assinaturas autógrafas ou da própria mão do rei D. Dinis, deve-se atentar que o monarca ora lançava a sua assinatura na margem de rodapé do pergaminho tanto à esquerda, como ao centro, como na proximidade do canto inferior direito. A assinatura do soberano constitui-se como a última intervenção validatória dos atos. Depois dela, nenhum oficial da chancelaria poderia acrescentar o que quer que fosse. Neste ponto, compreende-se a emergência e validade diplomática do preceito da decisão hierárquica: a assinatura do chanceler sobrepõe-se, no tempo e na eficácia, à dos seus subordinados, como a do rei à do seu oficial responsável pela produção da documentação<sup>134</sup>.

Pelo *ductus* gráfico da sua assinatura, D. Dinis revela ter um elevado domínio da escrita — uma escrita gótica cortesã, fina e algo arredondada, de modelo «chanceleiresco» revelador do ambiente cortesão da «escola» em que, muito provavelmente, o monarca aprendeu a escrever ou desenvolveu as suas competências gráficas.

A escrita do rei, reconheça-se, nem sempre é muito retilinear, em boa verdade, no espaço da caixa de escrita. O monarca não escrevia sobre linhas pintadas ou regradas no pergaminho. Reconheça-se, todavia, que o seu desenho das letras do abecedário é elegante ou até, mesmo, muito elegante, não deixando de revelar um certo gosto ou prazer pessoal pelo ato de escrever. Este gosto de D. Dinis pela escrita parece, ainda, revelar-se muito bem nas suas «assinaturas explicadas» ou comentadas, como quando assina o nome e lhe acrescenta que escrevia e subscrevia «com mha mão» ou, até, quando comentava o ato como sucedeu na carta de 4 de junho de 1305, em Lisboa, onde o monarca terá lançado, revelando, uma vez mais, esse seu gosto pelo escrever, a frase seguinte: «E a mayor ffirmidõe Eu sobredicto Rey Don Denis a petiçom da dicta Donna Steuaynha os figi bolar de mha bola do Chumbo pendente:-»<sup>135</sup>.

<sup>134</sup> Já João Pedro Ribeiro sublinhou esta particularidade, e alguns desvios a essa norma, em documentação régia portuguesa moderna. Vd., deste autor, ob. cit..

<sup>135</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 44v-45. (Escambo entre o rei e D. Estevainha, viúva de Mem Rodrigues Rebotim). Note-se que esta é a última frase do documento, devendo corresponder, de acordo com o hábito diplomático dos diplomas com assinaturas régias, a autógrafa do próprio rei na carta original.

A forma da letra de D. Dinis é própria dos cânones dos abecedários góticos, com letras maiúsculas, como os «RR» de Rey e os «DD» de «Dom», assaz angulosas. Os seus «RR» maiúsculos, bem como os «EE», revelam, ainda, o gosto por um certo enlaçamento no corpo superior da letra. É muito característico o seu épsilon, sobretudo na palavra «Rey», sobrescrito por traço ou ponto alongado e cauda ondulada igualmente para a direita.

De algumas assinaturas originais que nos chegam, parece verificar-se que o monarca variou, por vezes, no desenho do «D» maiúsculo e do épsilon. Os «nn» finais em «don» e em «con» apresentam uma cauda ondulada para a esquerda. Os seus «ss» são geralmente altos, escrevendo «ss» duplos no começo de palavras como em «ssoescrevy». Usa abreviatura por letra sobrescrita, em «aq<sup>l</sup>» e também o sistema de abreviação por suspensão, com sinal geral, como em «dõ», «cõ», muito embora a sua tendência gráfica seja para escrever as palavras por extenso evitando a abreviatura. Usa frequentemente «uu» para as semiconsoantes «vv» («viu»). Muito embora o rei escreva pausada e separadamente as palavras, no caso do verbo ver, escreve mais vezes junto «avyo» (a viu) e suas variantes em que a preposição surge sempre pegada ao verbo.

Do princípio ao final do seu reinado — ainda que na documentação em que encontrámos a subscrição autógrafa do seu nome, o primeiro diploma a atestar esse uso date apenas de 1295<sup>136</sup> —, o monarca subscreve ora o seu título real e nome de batismo, ora somente o título real. Mas a norma da sua assinatura tendeu a ser a subscrição pelo título real mais o verbo ver: «El Rei a viu».

O rei poderia assinar, também, diplomas já subscritos por mão de outros oficiais do seu despa-

cho da chancelaria, como sucede, por exemplo, na carta de entrega da vila de Ouguela ao bispo de Badajoz, em 8 de junho de 1314, Lisboa: «ElRey a uyo. Episcopus Vicensis uidit. Decanus Portugalensis uidit. Prior de Alcaceua uidit. Pero Stevez a uyo. Magister Johannis.»<sup>137</sup>

Surge a fórmula em ato de 22 de julho de 1306, Lisboa: «E eu sobredicto Rey don Denis com a dicta Raynha e Inffante meu filho esta carta mandei fazer <e> com meu seelo do Chumbo seelar e Reuoreya com mhas mãos e confirmoa», seguida pela data «Dante en Lixbõa...», com as colunas dos confirmantes e testemunhas, mas sem que se verifique a assinatura da própria mão do monarca.<sup>138</sup> Trata-se, pois, de formulário, como, aliás, na carta de doação ao Mosteiro de Odivelas, do campo chamado Concha, em Chelas, feita em Lisboa, a 4 de agosto de 1306 «E que esta mha doaçom seia mays firme e mays estauil pera todo senpre dou ende esta mha carta seelada do meu seelo do Chumbo ao dicto meu Monasteiro e a uos abadessa e conuento sobredictos. Dante em Lixbõa...»<sup>139</sup>.

Embora mais parcimoniosamente, também o rei D. Afonso IV, não sem nisso denunciar o filho que imita o pai, subscreveu alguns diplomas com o seu nome de batismo. Numa carta datada de 22 de outubro de 1351, por exemplo, lembrando a prática paterna, assinou: «Eu el Rey dom affonso aqui sso esscreuy»<sup>140</sup>, conforme a imagem que se reproduz:

<sup>137</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 87v-88.

<sup>138</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fls. 50v-51v. (Carta de couto ao Mosteiro de S. João de Tarouca dos seus herdamentos na Granja da Touça, no termo de Numaõ, e na Granja Nova).

<sup>139</sup> ANTT - Chancelaria de D. Dinis, livro 1, fl. 51v.

<sup>140</sup> "Documento cedido pelo ANTT". Cota: ANTT - Gaveta 13, Maço 2, nº 6. Referido por João Pedro Ribeiro, Ob. cit., p. 19. Vd. Isaías da Rosa Pereira, Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, "Diplomatique Royale Portugaise: Alphonse IV: 1325-1357", in *Diplomatique Royale du Moyen Âge, XIIIe-XIVe siècles*, Porto, Commission International de Diplomatique e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 133-155.

<sup>136</sup> Efetivamente, em numerosos documentos régios anteriores a esta data, não encontrámos a subscrição do monarca. Não significa que não exista, obrigando antes, e naturalmente, a novas e mais amplas pesquisas em documentos anteriores a 1295, a fim de averiguar, em definitivo, essa existência de autógrafos anteriores do rei, a qual, creio, é muito provável.

Já os reis seus sucessores, que se saiba, assinaram simplesmente «Rey» ou «El Rey»<sup>141</sup>, afirmando a tradição plurissecular hispânica de os monarcas lusitanos, como ainda dos castelhanos, não assinarem os seus documentos legais e administrativos com o nome próprio ou de batismo mas tão somente pelo *nomen* da dignidade e estatuto reais. A tradição baixo-medieval da assinatura régia portuguesa, pela aposição ou subscrição unicamente do título real e pela omissão do nome próprio de cada monarca, assim como das rainhas, príncipes e infantes reais e, também, no campo da alta-nobreza portuguesa, assumirá, nesse quadro comparativo, particular relevância enquanto manifestação de noções geneticamente hispânicas de soberania, de exercício de poder(es) e da respetiva representação simbólica do «Rei», ao modo lusitano, perante os seus súbditos<sup>142</sup>. Nisto, os monarcas portugueses, em tempos medievais como também modernos, distinguiram-se plenamente dos reis franceses, por exemplo, onde a prática foi sempre a da assinatura do nome de batismo<sup>143</sup>.

Não era, contudo, a fórmula da assinatura régia portuguesa, como se escreveu, o único indício e manifestação públicos do «monarca» aos seus vassallos e súbditos. A representação imagética pública do rei passou, também, pela ausência da sua (con)figuração majestática ou facial nos selos da chancelaria real, com uso breve, apenas entre cerca de 1260 e 1383, do selo equestre, para se privilegiar a representação exclusivamente heráldica. Panorama este que, todavia, encontrou alguma variação nas imagens cunhadas na numária portuguesa, na qual, muito excecionalmente, coube ao rei D. Fernando I, na chamada dobra pé terra, e ao rei D. João II, com os justos, ambas moedas em ouro, escolherem figurinos de representação do rei em majestade<sup>144</sup>.

A forma autorizada de o rei assinar os diplomas régios, na chancelaria portuguesa, introduzida por D. Dinis, traduzirá, de algum modo, como as demais insígnias associadas à realeza lusitana (pódio, *cathedra* ou trono e dossel, *corona in capite*, cetro, *gladium* ou espada, bastão, globo ou esfera, assim como todo o vestuário e calçado reais), mas também, e ainda, no domínio do texto diplomático<sup>145</sup> e do legislativo<sup>146</sup>, a consideração do Rei enquanto ser revestido de representação teocrática, investido de um poder também sagrado cuja origem está na graça da majestade divina, de um Rei que é delegado de Deus na terra, tanto quanto garantia do Direito e da Justiça, entre os homens. A «assinatura intangível» do rei, como ele próprio, aliás, manifesta e integra a gramática da imagem pública do soberano<sup>147</sup>.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes manuscritas

Arquivo Municipal de Coimbra

Pergaminhos avulsos, nº 1

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Dinis, livros 1 e 4

Convento de Santa Clara de Santarém, maço 10, nº 6

Gavetas

1-2-11 e 14

3-1-7 e 3-2-15

---

Estampa, 1982, pp. 327-342; Idem, “A construção da imagem do poder do rei”, in *Castilla y el mundo feudal: homenaje a Julio Valdeón*, ed. Diana Pelaz Flores, María Isabel del Val Valdivieso, Pascual Martínez Supena, Valladolid, Vol. 2, 2009, pp. 423-442.

<sup>145</sup> Com a enunciação das *intitulationes regum*, por exemplo. Cf. Saul António Gomes, “Identidade e Memória na Chancelaria Real Portuguesa na Idade Média”, in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Actas. 2 a 5 de Novembro 2007*, coord. Margarida Garcez Ventura e José Varandas), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008, pp. 67-95.

<sup>146</sup> Vd. Armando Luís de Carvalho Homem, “Dionisius et Alfonsus, Dei gratia reges et comunis utilitatis gratia legiferi”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 1994, pp. 11-110.

<sup>147</sup> José Martínez Gásquez, “Memoria de la Maiestas Domini del mundo clásico a la Edad Media”, *Cuadernos del CEMyR*, 24, 2016, pp. 31-50.

<sup>141</sup> João Pedro Ribeiro, Ob. cit., p. 19.

<sup>142</sup> Vd. João Pedro Ribeiro, Ob. cit., pp. 19-30.

<sup>143</sup> Patrice de Goy, “Signatures royales, une longue histoire”, in *L’Officiel du Manuscrit. Littérature, Art & Histoire*, Nº 4, 2006, pp. 8-17; Michel François, “Les signatures de Louis XI”, in *Bulletin philologique et historique*, 1959, pp. 221-230.

<sup>144</sup> Saul António Gomes, *Introdução à Sigilografia Portuguesa*, cit., pp. 91-105; Maria José Ferro Tavares, “A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades”, in *Estudos de História de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Tomo 1, Séculos 10-15, Lisboa, Ed.



4-1-4 e 7 e 21

7-10-20

12-1-4

13-2-6

Leitura Nova: livro 2 da Estremadura

Leis, maço 11, nº 89

Mosteiro de Alcobaça

Documentos Régios, maço 2, nº 32

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

Livros Autênticos, nº 1

Pasta 1, doc. «Alm. 5, m. 3, nº 17», Pasta 5, doc. «Alm. 5, m. 5, nº 8», «Alm. 5, m. 3, nº 6», «Alm. 34, m. 4, nº 6», Pasta 7, doc. «Alm. 5, m. 3, nº 8», doc. «Alm. 5(?), m. 2, nº 14» e Pasta 9, doc. «Alm. 5, m. 3, nº 15»

Segunda incorporação, maço 18, doc. «Alm. 34, m. 4, nº 6»

Ordem de S. Bento de Avis

Maço 3, docs. 266, 362 e 363; maço 4, doc. 369

### Fontes impressas

*O LIVRO das Lezírias d'El Rei Dom Denis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá-Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

*CHANCELARIA de D. Dinis*, Livro II, transcrição de documentos, sumários e localização dos topónimos por Maria Rosa Marreiros, Coimbra, Ed. Palimage e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2012.

*DOCUMENTOS Medievais Portugueses. Documentos Régios*, ed. Rui Pinto de Azevedo, Tomos 1 e 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958 e 1962.

*LIVRO das Leis e Posturas*, prefácio de Nuno Espinosa Gomes da Silva. Leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito, 1971.

*LIVRO Verde da Universidade de Coimbra*, apresentação de Manuel Augusto Rodrigues. Transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

*LIVRO dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices*, coordenação geral de Inês Morais Viegas e Marta Gomes. Estudo introdutório de Edite Martins Alberto. Transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins e Sara de Menezes Loureiro. Revisão da transcrição de Sara de Menezes Loureiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2016.

MUÑOZ Y RIVERO, Jesús, *Firmas de los reyes de España (desde el siglo IX hasta nuestros días)*, Madrid, Hernando e C<sup>a</sup>, 1887.

PINA, Rui de, *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1977.

*PORTUGALIAE Monumenta Historica. Nova Série. Volume III. Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284*, introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2007.

SANTA ROSA DE VITERBO, Fr. Joaquim de, *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, edição crítica por Mário Fiúza. Volume segundo B-Z, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1984, pp. 145-160.

SMITH, Charles John e NICHOLS, John Gough, *Autographs of Royal, Noble, learned, and remarkable personages conspicuous in English History*. Londres, J. B. Nichols and Son, 1829.

SOUSA, António Dâmaso de Castro e, *Fac similes das assinaturas dos Senhores Reis, Rainhas, e Infantes que tem governado este Reino de Portugal até hoje. Copiados de varios documentos originaes, existentes no Archivo Real, ou Cartorio de todo o Reino, chamado Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

IDEM, *Additamento aos fac similes das assinaturas dos Senhores Reis, Rainhas, e Infantes que tem governado este Reino de Portugal até hoje. Publicados no anno de 1848*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851.

## Estudos

- ÁLVAREZ CERVELA, J. M., *Signos y firmos reales, con extratos biográficos de los monarcas españoles del s. VIII al XX*, Santiago de Compostela, La Comercial, 1957.
- ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.
- ARAGÓ CABANAS, Antoni M., “Subscripción y firma autógrafa en los documentos reales aragoneses”, in *Policia española*, X, 1962, pp. 11-13.
- AZEVEDO, Rui de, “O livro de registo da chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)”, *Anuario de Estudios Medievales*, 4, 1967, pp. 35-74.
- BAUTIER, Robert-Henri, “Échanges d’influences dans les chancelleries souveraines du Moyen Âge, d’après les types des sceaux de majesté”, in *Chartes, sceaux et chancelleries, études de diplomatique et de sigillographie médiévales*, Paris, Mémoires et documents de l’École des Chartes, 34, Tomo II, 1990, pp. 563-591.
- BURNS, Robert Ignatius, *Diplomatarium of the Crusader Kingdom of Valencia: The Registered Charters of Its Conqueror Jaume I, 1257-1276. I: Society and Documentation in crusades Valencia, Vol. I. Introduction*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1985.
- CASTRO CORREA, Ainoa Castro, “Observaciones acerca de los crismones empleados en la documentación medieval de la diócesis de Lugo (siglos X-XII)”, *Scriptorium*, 69, 2015, pp. 3-31.
- CHAPLAIS, Pierre, *English Diplomatic Practice in the Middle Ages*, London - New York, Hambledon and London, 2003.
- CONTAMINE, Philippe et alii, *Le Moyen Âge. Le roi, l’Église, les grands, le peuple. 481-1514*, Paris, Ed. Seuil, 2002.
- COSTA, Avelino de Jesus da, “La chancellerie royale portugaise jusqu’au milieu du XIIIe siècle”, in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, pp. 135-167.
- DAVY, Marie-Madeleine, *Initiation a la symbolique romane (XIIe siècle)*, Paris, Flammarion, 1977.
- DIAS, João José Alves, “Imagem da capa. A assinatura régia: a tinta-ouro escreve o Rei”, *Fragmenta Historica*, 2, 2014, pp. 7-9.
- IDEM, “Imagem da capa. Em torno da assinatura das cartas régias”, *Fragmenta Historica*, 3, 2015, pp. 6-10.
- IDEM, “Imagem da capa. Rey - a assinatura não autografa”, *Fragmenta Historica*, 4, 2016, pp. 6-12.
- DOUBLEDAY, Simon R., *The Wise King. A Christian Prince, Muslim Spain and the Birth of the Renaissance*, New York, Basic Books, 2015.
- FRANÇOIS, Michel, “Les signatures de Louis XI”, in *Bulletin philologique et historique*, 1959, pp. 221-230.
- GARIPZANOV, Ildar H., *The symbolic language of royal authority in the Carolingian world (c. 751-877)*, Leiden-Boston, Brill, 2008.
- GIRY, Arthur, *Manuel de Diplomatie*, Vol. 1, Paris, Hachette, 1894.
- GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Ed. Difel, 1995.
- GOMES, Saul António, “Testemunhos de formulários régios medievais portugueses”, in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, (Coordenação de Luís Adão Fonseca, Luís Carlos Amaral e Maria Fernanda Ferreira Santos), Vol. III, Porto, Faculdade de Letras do Porto e Livraria Civilização, 2003, pp. 1291-1299.
- IDEM, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa cruz de Coimbra (Séculos XII-XIV)*, Viseu, Palimage e Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.
- IDEM, “Identidade e Memória na Chancelaria Real Portuguesa na Idade Média”, in *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Actas. 2 a 5 de Novembro 2007*, coord. Margarida Garcez Ventura e José Varandas, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008, pp. 67-95.
- IDEM, *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*, 2ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- IDEM, *D. Afonso V, o Africano*, Lisboa, Temas & Debates, 2012.

- GOY, Patrice, "Signatures royales, une longue histoire", in *L'Officiel du Manuscrit. Littérature, Art & Historie*, Nº 4, 2006, pp. 8-17.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC/CHUP, 1990.
- Idem, "Ofício régio e serviço ao Rei em finais do Século XV: norma legal e prática institucional", *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, 14 (1997), pp. 123-137.
- Idem, "Dionisius et Alfonsus, Dei gratia reges et comunis utilitatis gratia legiferi", *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 1994, pp. 11-110.
- Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV): tributo a Luís Krus*, eds. Amélia Aguiar Andrade e João Luís Inglês Fontes, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2015.
- JEAY, Claude, "La naissance de la signature dans les cours royales et princières de France (XIVe-XVe siècle)", in *Auctor et auctoritas: invention et conformisme dans l'écriture médiévale, actes du colloque de Saint-Quentin-en-Yvelines (14-16 juin 1999)*, Dir. Michel Zimmermann, Paris, 2001, pp. 457-475.
- IDEM, *Signature et pouvoir au Moyen Âge*, Paris, École des Chartes, 2015; Idem, Du sceau à la signature: histoire des signes de validation en France (XIIIe-XVIe siècles). Em linha: <http://www.chartes.psl.eu/fr/positions-these/du-sceau-signature-histoire-signes-validation-france-xiii-xvi-siecle> [acesso confirmado em 2.01.2020].
- LIMA, João Paulo de Abreu, *Armas de Portugal. Origem, evolução, significado*, Lisboa, Edições Inapa, 1998.
- LOBO, António de Sousa Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no Século XV e outros estudos históricos*, Lisboa, Ed. História Crítica, 1979.
- MANDINGORRA LLAVATA, María Luz, "Al servicio del Rey. Sobre la carta real diplomática de la Corona de Aragón (1336-1458)", *Anuario de Estudios Medievales*, 47/2, 2017, pp. 647-677.
- MARTÍNEZ GÁZQUEZ, José, "Memoria de la Maiestas Domini del mundo clásico a la Edad Media", in *Cuadernos del CEMYR*, 24, 2016, pp. 31-50.
- MATEU IBARS. M. D., "El signum regis desde Alfonso II a Pedro IV de Aragón (1162-1387)", in *Mélanges offerts à René Crozet*, Ed. Pierre Gallais e Yves-Jean Riou, 2 vols., Poitiers, 1966, vol. II, pp. 1159-1160.
- MATTOSO, José, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*. Volume II - *Composição*, Lisboa, Ed. Estampa, 1985.
- NORTE, Armando, *Letrados e cultura letrada em Portugal (séculos XII-XIII)*. (Tese de Doutoramento em História Medieval), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.
- IDEM, "Homens de letras e homens de leis ao serviço da monarquia portuguesa (séculos XII-XIII)", in *História (São Paulo)*, vol. 33, nº 1, 2014
- PASTOUREAU, Michel, *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*. Paris, Éditions du Seuil, 2012.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho, "Diplomatique Royale Portugaise: Alphonse IV: 1325-1357", in *Diplomatique royale du Moyen Âge, XIIIe-XIVe siècles*, Porto, Comissão Internacional de Diplomatie e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 133-155.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- OSTOLAZA ELIZONDO, Maria Isabel, "La validación en los documentos del occidente hispano (s. X-XII). Del signum crucis al signum manus", in *Graphische Symbole in Mittelalterlichen Urkunden, Beitrage zur diplomatischen Semiotik*, Ed. Peter Ruck, Sigmaringen, 1996, pp. 453-462.
- PERES, Damião, "Autonomia e organização: I) Política internacional; - Constituição do condado e do reino de Portugal e suas relações diplomáticas com a Cúria Romana e com Castela. Convénios de Zamora (1143), de Badajoz (1267) e Alcanices (1297). Aproximação da Inglaterra", in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias,

- Volume I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 65-127.
- RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil em Portugal*. Tomo III - Parte II. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1857.
- SÁNCHEZ PÉREZ, José A., *Alfonso X el Sabio*, Madrid, Aguilar, 1944.
- SANTOS, Maria José Azevedo, "A evolução da língua e da escrita", in *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, Dir. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1996, pp. 604-634.
- IDEM, "A Chancelaria de D. Afonso II (1211-1223). Teorias e práticas", in *Ler e compreender a escrita na Idade Média*, Lisboa, Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 11-57.
- IDEM, *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria (1526)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.
- IDEM, *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal, 2005.
- TAVARES, Maria José Ferro, "A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades", in *Estudos de História de Portugal: Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Tomo 1, Séculos 10-15, Lisboa, Ed. Estampa, 1982, pp. 327-342.
- IDEM, "A construção da imagem do poder do rei", in *Castilla y el mundo feudal: homenaje a Julio Valdeón*, Ed. Diana Pelaz Flores, María Isabel del Val Valdivieso, Pascual Martínez Supena, Valladolid, Vol. 2, 2009, pp. 423-442.
- TRENCHS ODENA, Josep, "La aposición del signum regis de Ramón Berenguer IV a Jaime I", *Estudios históricos y documentos de los archivos de protocolos*, VII (1979), pp. 29-57.
- VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.





CENTRO DE  
ESTUDOS  
HISTÓRICOS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA